

Desafio da Abolição

Começamos, hoje, a quinzena da Abolição. No País inteiro há re-estudos e reinterpretações referentes à nossa formação étnica. Não podemos ignorar que a matéria, ainda, se faz duramente polêmica. Perguntas contundentes pairam no ar e aguardam respostas.

Recordamos algumas: existe preconceito racial no Brasil? Discriminação? Existe uma política de “branqueamento” étnico? Teorias, como a da “morenidade”, de Gilberto Freyre, como poderão ser inteligidas? O caminho está na miscigenação ou na defesa da unidade dos grupos raciais, cada um conservando sua autonomia cultural e pureza de sangue?

Poderíamos multiplicar o questionamento. Mais de que simples questionamento, verdadeira filosofia de vida que estamos vivendo, já e agora, com raízes seculares, desde que aqui aportou o primeiro escravo e a mercância infame do homem foi oficializada.

É um debate no qual jogamos nosso destino. Dele depende a definição exata do homem brasileiro, do seu posicionamento no quadro geral da civilização, do papel que poderá desempenhar na construção de um mundo futuro, aonde os sonhos de paz, justiça, liberdade e amor sejam uma realidade e nunca a utopia – secularmente – perseguida por heróis, mártires e santos.

Há um fato que gostaríamos de projetar. A luta do negro não é uma

luta singular, isolada do contexto, uma minoria contra todos. O problema do negro, entre nós, se dissolveu numa unidade maior, mais ampla, mais abrangente, em que as colorações epidérmicas se diluem insignificantes diante das negações contundentes de direitos fundamentais. Se evitarmos nos perder em pormenores superáveis ou em óticas, decididamente míopes, veremos que as reivindicações básicas de nossa negritude se consolidam às de todos os deserdados pelas estruturas doentes do nosso mundo. O mundo que estamos construindo contra o homem.

O abolicionismo é festa, mas, não somente festa. Antes de tudo, tem de ser funda reinquirição crítica. É preciso que nas universidades, nas escolas, nos parlamentos, nos partidos políticos, nas igrejas, nas organizações de classe, nos grupos profissionais, no teatro, no jornal, no rádio, na televisão, nas expressões todas de vida da comunidade, façamos dessa efeméride não apenas, a vítima de discursos formais e superados. Mas, o pólo de uma longa reflexão. O Brasil tem tudo para encontrar a resposta. E viver aquilo que o poeta antecipou com seus olhos de sonho: “A encruzilhada, por onde desfilará a humanidade do futuro”.

No fundo da questão abolicionista e da temática negra somos nós todos que estamos ajudando a construir ou destruir o projeto de uma grande Nação.

Cinema Bajado promove mostra do cinema negro

O cinema Bajado está apresentando uma mostra do Cinema Negro em sua programação normal (18h30 e 20h30). Vai até o dia 31. De hoje até sexta o cartaz é "Xica da Silva", de Cacá Diegues, com Zezé Mota, no papel-título.

Depois é "Quilombo", também de Cacá Diegues (9 a 12), "Na Boca do Mundo" (13 a 16), "Pedro Mico" (17 a 20), "Egungun" (21 a 24) e "A Cor Púrpura" (25 a 31).

No Palácio dos Governadores (Prefeitura de Olinda) com entrada franca, exibição de filmes da República Democrática da Alemanha, às 18 horas. A programação termina no sábado. São filmes documentários-educativos em promoção conjunta do Gabinete do Prefeito/ Consulado da Alemanha.

Em exibição a partir de hoje no Cine Veneza, "Luzia Homem", terceiro longa metragem de Fábio Barreto, com Cláudia Ohana, Thales Pan Chacon, José de Abreu, Gilson Moura, Chico Diaz, entre outros.

Não é uma adaptação fiel ao romance de Domingos Olímpio. É ape-



Zezé Mota em "Xica da Silva", de Cacá Diegues

nas inspirado na história do romancista cearense. Restou Luzia, dividida entre o amor e a vingança.

Explica o próprio, Fábio Barreto: - O romance de Domingos Olímpio é de 1910 e a história se passa em 1870.

Nós a adaptamos para a atualidade. De 100 anos para cá, a situação no campo não mudou nada. Só que o autor utilizava a grande seca de 1870 como pano de fundo social. O filme é inspirado no livro, na verdade, tem pouco a ver com o romance. Mudamos inclusive o final. Luzia Homem morria no livro e no filme ela vence. No romance, ela é uma mulher que se emprega em uma frente de trabalho do governo junto com outros operários para construir uma cadeia. Tinha grande fama porque diziam que carregava uma parede de tijolos nas costas; era muito forte, mas muito bonita, por isso era chamada de Luzia Homem.

Quem conhece o livro - por sinal uma bela obra literária - deve ir ao cinema sem pensar no romance. O próprio Fábio já disse que mudou a história de Luzia. Portanto...

Gente da abolição

Basílio Machado – um humilde sapateiro, tornou-se célebre pelo papel que desempenhou na história da abolição em nossa terra. Com muita coragem e ousadia, levado pelo fanatismo à causa redentora, ele se decidiu pela prática de roubar escravos nos engenhos da redondeza, e o fazia arriscando a própria vida. Disfarçado ora de camponês, ora de “mascate” a vender bugingangas, ele se dirigia aos engenhos, onde no eito ou na senzala, seduzia o escravo para a fuga como o primeiro passo dado para a liberdade.

O *Goianense*, jornal que circulou nesta cidade na década de 30, publicou, do jornalista Quintino de Araújo, o seguinte: “Basílio Machado narrava sempre a empresa mais arrojada em que se meteu e que foi o rapto da escrava Estrela. Esta era uma mulata nova, uma peça de mimo, bastante atraente e pela qual o seu senhor, o velho coronel, sentia formidável paixão. Estrela esteve sempre esquiva às tentativas do agricultor”.

“Um dia deu por ali Basílio, desta vez disfarçado em bilheteiro, declarou-se ferrenho escravocrata, conseguiu a confiança do proprietário e

demorou-se no engenho tempo bastante para convencer Estrela, que ela deveria brilhar em outros firmamentos”.

“E numa manhã antes do café, recebeu o coronel a notícia de que o bilheteiro se ausentara, levando em sua companhia Estrela e outros escravos. Furioso pelo duplo choque do desaparecimento da escrava preferida e da traição do caute-lista, pôs-se ele em campo para a terrível vingança. Veio à cidade, recorreu às autoridades, correu hotéis, esteve na olaria de José Pires, ponto onde se abrigavam os negros foragidos, procurando o raptor em toda parte e afinal, desiludido, deixou à família de Basílio um recado que importava numa sentença de morte”.

Basílio andou amoitado uns dias, mas a ânsia de novas aventuras fazia-lhe a alma estalar e impávido, continuou, até que a escravidão foi extinta, na sua humanitária missão de “cupim”.

É pena que na década de 70, a Prefeitura tenha desativado em São Lourenço de Teju-copapo – berço do grande abolicionista –, a escola que tinha o seu nome, num gesto de desprezo à sua memória, e hoje destinada a um posto telefônico

em convênio com a Telpe, jamais ser restaurada, nem mesmo agora, quando se festeja em todo o Brasil o centenário da Lei Áurea.

Também é de lamentar o desaparecimento do retrato de Basílio Machado, do salão da referida escola, pintado a óleo pelo desenhista L. Randal, que lhe foi oferecido por Leonor Porto. Esse retrato teve a sua aposição com festa por ocasião da inauguração da escola, em outubro de 1938, na administração do operoso prefeito Otávio Pinto.

Basílio Machado participou também de muitas reuniões no Recife com José Mariano e Joaquim Nabuco traçando planos para o movimento abolicionista em Pernambuco. E já depois da Lei Áurea, recebeu pelos serviços prestados à causa da Abolição em Goiana, uma medalha de ouro que lhe fora outorgada pelo Clube do Cupim do Recife, e que ostentava no peito nos dias de festas, especialmente nas comemorações do dia 13 de Maio, com marchas na igreja do Rosário dos Pretos e passeata pelas ruas desta cidade, puxada pela Banda Musical Curica.

A memória de Basílio Machado deve ser resgatada. Um simples travessa com o seu nome não basta para homenagear aquele que muito fez pela libertação dos escravos em Goiana. – Mário Rodrigues
Goiana

Lixo no caminho

Vieira – o primeiro abolicionista

Arnoldo Jambo

Foi um sujeito sábio, iluminista chamado Condorcet – um camaradinho que até inspirou Napoleão na elaboração do Código Civil francês – que escreveu certa ocasião a respeito da escravidão: – “Sem a escravidão – dizem – não poderíamos ter açúcar. Pois bem: se não conseguimos tê-lo senão à custa de crimes, devemos saber privar-nos dele, renunciando a uma mercadoria manchada com o sangue dos nossos irmãos”.

Escreveu isso nos fins do século XVIII, mas antes dele, em 1633, já o padre Antônio Vieira de tão pouca notoriedade, atualmente – mesmo entre os sabichões e turunas – já antecipa conceitos sobre a fabricação do açúcar igualmente trágicos, naquela época. No sermão XIV do Rosário, descrevia o engenho de açúcar como um “doce inferno”.

No Brasil, pelo menos, talvez tenha sido Vieira o pioneiro do combate à escravidão africana. Porque não há notícia de que antes dele alguém entre nós de real projeção intelectual ou política tenha se erguido contra os “senhores rompendo galas” e “os escravos, despidos, e nus; os se-

nhores nadando em ouro, e prata, os escravos carregados de ferros”.

O admirável no extraordinário jesuita, vítima, como tantos, até da Inquisição certamente, entre todos os da famosa Companhia de Jesus, o que mais arrostou com adversidades políticas rumorosas, é que Vieira se armava de uma exemplar coragem, num tempo em que defender o negro escravo era a mesma coisa que pregar contra a instituição “sagrada” da propriedade.

Num período histórico onde a Igreja tinha sempre a última palavra, chega a causar estranheza o despoliciamento do genial e erudito orador com o seu poder de afirmação pessoal no campo das idéias que em geral nem sempre se acomodavam ao pensamento dominante. É verdade que sem o respaldo da Igreja, como do Estado, não situava a questão da escravidão africana sob considerações de natureza social e política. Fazia-o, sim, calcado muito mais em fundamentos humanitários do que em bases de organização social.

Da mesma forma como a aristocracia brasileira, que por alguns dos seus expoentes fez-se abolicionista na segunda metade do século pas-

sado, mas somente por sentimento apenas humanitário; nunca com a determinação de encarar socialmente o problema. Tanto é que os escravos viram-se libertos da noite para o dia, porém de certa maneira entregues à própria sorte, sem qualquer amparo sócio-econômico.

É claro que não se há de dizer que Vieira pregou por piedade, apenas a abolição. Ele causticou a escravização do negro da mesma forma como se rebelou contra o cativo dos índios, acerca dos quais pregava que “El-rei poderá mandar que os cativos sejam livres; mas que os livres sejam cativos, não chega lá sua jurisdição”. É que estabelecia uma distinção entre os nativos americanos e africanos das “nações etíopes” que cortavam o Mar Atlântico e eram desovados dos tumbeiros “para viver e morrer cativos” nos portos da América.

Bradar isso dos púlpitos duzentos anos antes de 1888, requeria um certo atrevimento, sobretudo um ousado desafio quando, segundo Jayme Cortesão, os próprios jesuitas “enviaram navios seus a carregar escravos negros a Angola”.

Mas o genial sermônista sabia ferir fundo a chaga dolorosa, sendo sincero nas suas imprecações: “Oh Deus! Quantas graças devemos à fé, que nos destes, porque ela só nos cativa o entendimento, para que à vista dessas desigualdades, reconheçamos contudo vossa justiça e providência. Estes corpos não nascem, e morrem, como os nossos? Não respiram com o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os esquentam o mesmo sol?”

Há quem aponte a primeira reação cristã contra o ignominioso tráfico de escravos como partida do Papa Pio II, em 1462. Entretanto réis como Fernando da Espanha, o Católico, mandava comprar negros “para que estes colham ouro para mim”. O que importava era, na verdade, desdentar a ambição e a ganância.

Sem que as suas prédicas em tal sentido se fizessem espetaculares, o padre Antônio Vieira – que palmilhou tantas vezes o chão de Olinda regendo a cátedra de retórica num dos conventos do tempo dos holandeses – foi assim a primeira voz que se ouviu no Brasil clamar contra a escravidão, o que pode significar uma voz que não se há de olvidar nos cem anos da abolição.

A abolição que Gilberto nos deu

Odilon Ribeiro Coutinho

A verdade é esta: a vida de Gilberto Freyre transbordou na vida do povo brasileiro. De tal feição este escritor aprofundou uma visão introspectiva do nosso modo de ser, e de tal jeito ele alargou a perspectiva de nosso destino nacional, que, depois dele, o brasileiro foi outro, e o Brasil, outra nação. É tão verdadeira essa conclusão que um notável cientista social e ilustre homem público, o antropólogo Darcy Ribeiro, em prefácio escrito para a edição venezuelana de *Casa-Grande & Senzala*, embora confessando que era "muito a contragosto que entrava no cordão dos louvadores", não pôde escapar à constatação, que deixou registrada: "Creio que poderíamos passar sem qualquer dos nossos ensaios e romances, ainda que fosse o melhor que se escreveu no Brasil. Mas não passaríamos sem *Casa-Grande & Senzala* sem sermos outros. Gilberto Freyre, de certa forma, fundou - ou pelo menos espelhou - o Brasil no plano cultural, tal como Cervantes a Espanha, Camões a Lusitânia, Tolstói a Rússia, Sartre a França". Nada mais correto do que o conceito do prof. Darcy Ribeiro. Conceito que parece combinar com a interpretação dada pelo cientista político Adriano Moreira ao processo

de formação da sociedade civil brasileira. De forma caótica é que teve origem a nossa sociedade civil, adverte o prof. Adriano Moreira. A transplantação do reinol para a colônia tropical distante, abandonando hábitos e refazendo costumes, num esforço dramático de acomodação às asperezas do trópico inóspito e cru, vinigem e selvagem como um pedaço de mundo que houvesse se desgarrado do sexto dia da Criação; o elemento autóctone desbaratado pela brutalidade da invasão branca, que o obrigava a desenraizar-se da terra de que outrora fora o senhor, e a constringer-se a um tipo errático de vida, como se tivesse sido condenado a uma debilitante diáspora. Do negro, que dizer? Que teve as suas raízes arrancadas, a sua vontade sufocada, a sua liberdade suprimida. Desterrado de seu chão, ele foi submetido à crueldade do trabalho servil, do tronco e das gargalheiras.

Como organizar uma sociedade civil com esses retalhos humanos mutilados? O papel que Gilberto Freyre desempenhou, de acordo com Adriano Moreira, foi o de juntar os pedaços, os fragmentos, os cacos de memória cultural das três raças desarranjadas, e, com eles, urdir um tecido social homogêneo e coerente.

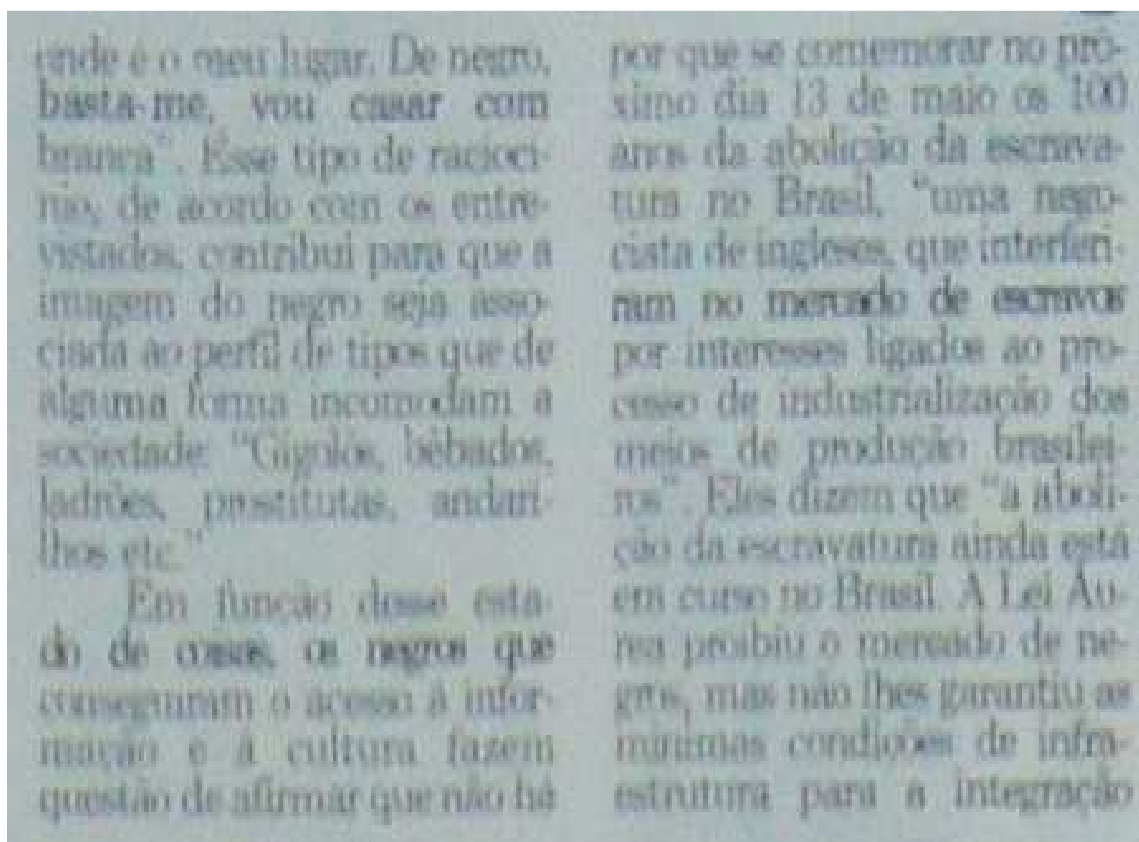
Daí ser perfeitamente cabível a afirmação de Darcy Ribeiro de que Gilberto Freyre "fundou - ou pelo menos espelhou - o Brasil no plano cultural".

Analisando todo esse material, para oferecer uma visão de mágica transparência e de esplêndida sinceridade, da sociedade civil brasileira; e reduzindo cientificamente os tabus raciais que nos comunicavam um terrível sentimento de inferioridade, o sociólogo brasileiro fez a catarse da alma nacional, permitindo que a identidade do Brasil se desenhasse na nitidez e pureza de seu contorno, que tanto tem de original como de harmonioso. Isso mudou completamente a face caótica do País.

Daqui por diante, a vida de Gilberto Freyre estará fundida para sempre com a do Brasil, como a de Camões está com a de Portugal, e a de Cervantes com a de Espanha. O pensador pernambucano interpretou a sociedade civil brasileira, deu-lhe coerência e unidade, desvelou o seu caráter, definiu a sua identidade. Pelo milagre da obra de Gilberto, podemos caminhar na direção do dia seguinte, e do seguinte ao dia seguinte, exorcizando as ameaças e as sanhas dos que querem matá-lo. No discurso que Gilberto pronunciou na

inauguração do retrato de Demócrito de Souza Filho, na redação do DIÁRIO DE PERNAMBUCO, em cuja sacada tombou ferido de morte, ele denunciou os matadores do estudante libertário como os que queriam matar o dia seguinte. Nessa mesma ocasião, Gilberto advertiu que nós seríamos lembrados por netos e talvez bisnetos, mas diante do acadêmico assassinado, os séculos ficariam do tamanho de anos. Enganou-se, desta vez, Gilberto Freyre, ele que fazia da sua vaidade, um dos atributos mais sedutores de sua personalidade. Diante dele, como diante do Brasil, os séculos ficarão do tamanho de anos.

Nesta hora brasileira de tanta frustração e de tanto malogro volto o meu pensamento para a sua figura tocada de um aliciente e irresistível carisma. Em meio ao desalento geral que enxovalha a nação, emocionou-me e deixou que a brisa matinal de um ânimo sempre renovado inundou o meu peito. A fé no mestiço, no mulato, no cafuzo, no amarelinho, na meta-raça, que Gilberto nos comunicou - é a fonte de esperança que nos permite voltar os olhos para a ante-manhã do dia seguinte, que vai clarear. Esta foi a Abolição com que Gilberto Freyre alforriou a meta-raça brasileira.



social" - denunciam os entrevistados.

A seguir, o depoimento de quatro negros. São pessoas bem-sucedidas, que conseguiram para si e para a família uma condição social bastante alta para as pessoas da mesma cor. Cada um dos quatro exerce uma profissão diferente, mas todos eles lutam diariamente contra o mesmo problema: a discriminação olhada, apontada, falada, às vezes inconsciente e velada, mas sempre discriminação.

BEBADO

O tenente-coronel da Polícia Militar Jurandyr Roque Carlos, 30 anos, assistente militar da Secretaria de Relações Sociais do Governo do Estado de São Paulo, já se sentiu rejeitado até mesmo quando tentou agrandar uma criança branca: "Eu estava no Aeroporto de Cumbica e percebi que uma garotinha me olhava com insistência. Quando tentei estabelecer uma relação carinhosa entre nós, a criança olhou-me e disse: bêbado".

O coronel ficou surpreso e imagina que o conceito da menina sobre o negro foi formado a partir do programa "Os Trapalhões", da TV Globo: "O Mussum sempre faz um bêbado" - diz o militar. Ele acha que o artista não é consciente, não consegue entender que o personagem está mostrando as crianças que os negros são bêbados.

Bittencourt está certo também da existência de al-

sobre o racismo pela mãe: "Ela pedia para não deixar que as pessoas me ofendessem por causa da cor, que me chamassem de inferior. Falava também que era preciso provar na luta do dia-a-dia nessa condição real: sempre fui ótimo aluno em todos os cursos que fiz na vida".

IDENTIDADE

O cantor, compositor, bularino e ator - revelado no teatro por "Gota d'água" - Aldo Bueno reforça a denúncia de segregação racial no País, afirmando: "Precisamos da Lei Afonso Arinos para poder caminhar pelas ruas, sem uma rejeição declarada. E agora a Assembleia Nacional Constituinte aprovou um texto caracterizando como inafiançável o crime de discriminação. Por que precisamos dessa lei? Ora, porque a discriminação existe".

Para Aldo Bueno, 37 anos, melhor ator coadjuvante do festival de cinema de Gramado em 85 ("A Próxima Vítima", de João Batista de Andrade), o processo de libertação dos escravos apresentou efeitos tão graves que os negros perderam completamente a identidade: "O meu nome (Aldo Bueno de Godoy) é cristão-europeu, não é de origem do meu povo. Eu deveria ter um nome africano, mas os senhores de escravos nos adotavam, sem se preocuparem em respeitar nossas origens; e agora, como faço para saber quem foi meu tataravo?"

te. *Ermos considerados animais de tração, como bois e cavalos.*

A IGREJA

O tema da campanha da fraternidade deste ano "A Fraternidade e o Negro" é o pedido de perdão da Igreja Católica por sua conivência com a escravidão, de acordo com o padre Benedito de Jesus Batista Laurindo, 34 anos; o padre Batista, como é conhecido na Catedral da Sé, em São Paulo. Um dos raros sacerdotes negros na Igreja Católica Romana no Brasil, padre Batista enfrenta, até mesmo entre os fiéis, o problema da discriminação: "Este é o nosso padre. É negro, mas é inteligente e trabalhador" - dizem alguns religiosos brancos que procuram na Igreja o conforto espiritual.

A discriminação sempre foi uma constante na vida do padre Batista. Ainda no Seminário, um padre-professor dizia-lhe sempre: "Você deve ser brilhante, o melhor", deixando subentendido que "se tive uma chance enquanto negro, não poderia desperdiçá-la" - revela. Por outro lado, o padre Batista sente "uma grande mudança de postura da Igreja Católica em relação ao negro: temos hoje na Igreja pessoas que assumiram com sinceridade essa questão. Uma delas é Cardeal-Arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, com quem brinco dizendo que, em meu conceito, ele é um negro honorário".

guns policiais que discriminam as pessoas negras: "O policial é produto desta sociedade, que através dos livros e dois meios de comunicação vê o negro como marginal, embriagado, prostituta... Então esse policial terá de receber um treinamento especial para modificar sua forma de pensar", diz o coronel. Ele informou que a Secretaria Estadual de Segurança Pública formou um grupo de trabalho para diminuir esse tipo de atrito no relacionamento policiais/ negro.

O militar ressalta que não considera a entidade Polícia Militar "discriminatória", pois quando manifestou a intenção de fazer exame para a Academia recebeu o apoio de muitos oficiais. "Ainda assim fui discriminado por alguns colegas, mas por pessoas e não pela entidade".

O coronel disse que desde pequeno foi instruído

Também bicampeão do carnaval paulistano em 82, pela Vai-Vai, puxando na Avenida Tiradentes o sambanredo "Orum Aié, o eterno amanhecer", de Osvaldinho da Cuica, Bueno tem consciência de que o talento artístico e a "estética negra agradável aos olhos da classe dominante" facilitam-lhe a vida profissional. Ele também já foi discriminado: "Em 69, não me deixaram entrar em um baile no Circolo Militar, alegando que era discriminação, sim!"

Ubandista e prestigiado no mundo artístico nacional - trabalhou ainda em "Anjos da Noite", de Wilson Barros, e "Doramundo", de João Batista de Andrade, entre outros - Bueno afirma que o preconceito contra a cor tem origem secular no País: "Imagine que pouco antes da abolição a Igreja Católica foi obrigada a reconhecer que o negro é gen-

Para o sacerdote, "a discriminação contra o pobre e o negro no Brasil é institucionalizada e arraigada na consciência da população. Veja que o negro tem uma pobreza cultural e, em consequência, não pode. E também a pobreza histórica, em função da qual, não é".

CULTURA

A somatória de todos esses elementos de discriminação racial contribuiu duas vezes para a desclassificação profissional do professor universitário Valter Roberto Silveiro, de 31 anos, das "Faculdades Integradas de Filosofia, Ciências e Letras de Guarulhos (SP)". "No ano passado fui indicado para dar aulas na Rede Renascença de Ensino, em São Paulo. Mande o currículo e fiquei sabendo, por telefone, que haviam nove aulas disponíveis. Fui conversar com a coordenadora do estabelecimento, não havia problemas de horário. No entanto, ela me telefonou mais tarde dizendo ter contratado outro professor para a vaga. Esse é um caso concreto de discriminação" - diz o professor. Silveiro deixou de ser contratado também pela diretora da Escola Estadual Tufique Julian, de Carapicuíba (DP), em 1985: "Piquei sabendo da vaga, aceitei detalhes por telefone, e depois de um contato com a direção da escola fui recusado. Um colega disse-me que a vaga foi preenchida muito tempo depois".

Silveiro concorda que o Brasil é um País que convive com preconceitos de toda a espécie, mas considera a situação do negro, em especial: "Enfrentamos uma série de preconceitos, de cor, de credo, de cultura (música) e econômico-financeiro (a pobreza)" - diz o professor.


PI Pousada
HOSPEDARIA DE TURISMO
JEQUITINHONHA

APARTS com ar. tu. e cores a dividir quartos individuais para 1, 2 e 3 - pessoas. Preços convidativos. Local calmo e arborizado, próximo ao Rest. Lacerador e Hotel Galois - 400m da Praia.

Rua Gen. Lutz Meffert, 49 (atrás do N.º 2300 da rua Jequitinhonha) B. Viagem - Recife - PE - PABX (081) 326-8338

Entre Láce

15 ANOS GARANTINDO



Fundação dá início às comemorações do fim da Escravatura

A Fundação Joaquim Nabuco dará início às comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura negra no Brasil e os seus 20 anos de história, que também ocorrerão no dia 13, de maio, a partir de terça-feira, às 15h30m quando da visita do ministro Celso Furtado, da Cultura, a sede da entidade, em Casa Forte. Na oportunidade, o ministro participará de uma reunião de trabalho com os dirigentes da Fundação e fará o lançamento do livro "O Abolicionismo", de Joaquim Nabuco.

Na quarta-feira, haverá a entrega da Medalha do Mérito da Fundação Joaquim Nabuco, ao suntuoso Benício Dias, do Museu do Homem do Nordeste, em Casa Forte, às 17 horas, e, às 18h30m na Galeria Vicente do Rego Monteiro, no Derby, será inaugurada a exposição "O negro ontem e hoje".

MEDALHA

Criada no ano de 1978, a Medalha do Mérito da Fundação Joaquim Nabuco é entregue anualmente às personalidades e entidades que têm se destacado por relevantes serviços prestados à cultura brasileira, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Em a relação dos agraciados,

destaca-se a sua infância em Manaus, tendo chegado ao Recife em 1868, onde ficou atrevido a dançar o frevo. Ele se destacou como o mais exigente pianista do Frevo do Brasil, tendo se apresentado em muitas cidades do País, tanto em espetáculos teatrais como em programas de rádio e de televisão.

O siciliano Melquisedec Pastor do Nascimento iniciou-se no comércio de livros aos 16 anos, com Manoel Belarmino da Silva, tendo, posteriormente, trabalhado nas livrarias Globo e Imperatriz, esta última sob a orientação de Jacob Bernstein, livreiro que marcou época no Recife durante quase quatro décadas. Em 1957, Melquisedec fundou a Livraria Castro Alves, especializada no comércio de livros usados. É não somente um dos maiores sebastas, mas um dos maiores livreiros que o Recife já teve.

Alagoano de Maceió, o jornalista Paulo do Costa Maita é um dos articulistas mais lidos da nossa imprensa, tendo ingressado no DIÁRIO DE PERNAMBUCO no dia 1 de agosto de 1918. Entre outras funções, ele exerceu a chefia da Comissão de Redação de Leis da Assembleia Legislativa e, por 15 anos,

Natural do Recife, Antônio Bezerra Baltar, na década de 30 ingressou no jornalismo como repórter esportivo, chegando a redator geral do DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Foi um dos fundadores da Associação de Imprensa de Pernambuco. Estudou paralelamente Engenharia e Arquitetura. Trabalhou na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, na equipe de Luis Naves, introdutor da arquitetura moderna em Pernambuco. Exilado, foi contratado pela ONU para a Cepal, ficando no Chile de 1965 a 1971. Com a anistia, regressou ao Brasil e foi reintegrado a UFPE, passando a lecionar no Mestrado de Desenvolvimento Urbano.

Pernambucano do Recife, Alairio Pessoa Chaves, pela competência e dedicação demonstrada ao longo de meio século de atividade profissional no seu ramo de atividade, bem como pela importância da sua contribuição a vida intelectual do Recife, é considerado o m

grante do Grupo Fundador do Teatro Universitário de Pernambuco, em 1948. É, também, integrante do Teatro Universitário de Pernambuco, sendo, inclusive, seu diretor geral desde 1976.

Nascido em Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte, Nilo de Oliveira Pereira é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1902, da qual foi orador. Entre outras atividades, Nilo Pereira foi, por três vezes, secretário do Governo do Estado de Pernambuco, além de deputado estadual e líder da maioria da Assembleia Legislativa de Pernambuco. É professor emérito da UFPE e Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Direito do Recife, assuado como pela UFPE. Pertence à Academia Pernambucana de Letras, à Academia Norte-Riograndense de Letras, entre outras. É presidente do Conselho Diretor da Fundação e do Conselho Estadual de Cultura.

o Recife se conheceu.

Professor titular da UFPE, Antônio Carlos Brazão Gonçalves da Silva entre outras atividades, dirigiu o Departamento de Estatística do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, tendo coordenado, nessa condição, várias pesquisas realizadas por essa instituição. É autor, entre outros trabalhos que tem publicado, de "Estatística aplicada às ciências humanas".

Comendador e conde-parte José Vicente de Lima, estadista e jurista dos anos 40 como precursor do movimento negro no Recife, juntamente com Genival Moura, do Lima, Sérgio Tynahide e Miguel Barros, fundou no Recife, em 1968, a Frente Negra Pernambuco. Participou do 1.º e 2.º Congresso Afro-Brasileiro, e neste último apresentou os trabalhos "Atividades culturais do negro no Brasil" e "Estados cor-de-rosa e pardos".

Nacional de Etnia para o Brasil, Estado do Amazonas, Francisco de Mafra, em 1968.

"Associação do Favela", com sede e publicação

neste bairro e atuação em Medicina pela UFPE e docente da mesma faculdade. Obteve, em 1950, o Grau Acadêmico de Master of Arts em Antropologia pela Northwestern University (Evanston, Illinois - USA). Entre seus livros publicados destacam-se "Culto Afro-Brasileiro do Recife: um estudo de organização social", "Religião e relações sociais", "Antropologia da religião".

Em decorrência de suas atribuições vinculadas à cultura, trabalhou por mais de 15 anos, sem remuneração, em serviços prestados à Fundação Sérgio Buarque de Almeida, com a finalidade de ajudar Joaquim Nabuco, através de atividades desenvolvidas por Frederico Pernambucano de Mello, Manoel Ferreira Lima, Maria Luiza Nogueira e Moacyr Gomes da Silva Campos.

Como responsável técnico das atividades ligadas à cultura no Favela, desenvolveu, em 1968, o "Projeto Favela", com a participação de Manoel de Mello

TRT distribui comendas para festejar Abolição

O Tribunal Regional do Trabalho distribuiu comendas a personalidades e instituições, no dia 13 de maio, quando se comemora os 100 anos da Abolição. O presidente do TRT da Sexta Região, José Guedes Corrêa Gondim, declarou, ontem, que a concessão das medalhas visa expressar o reconhecimento aos que obtiveram destaque em respectivos campos de atuação, com relevante contribuição para o aperfeiçoamento da atividade social.

A honraria a ser distribuída é a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa

de Castro Vasconcelos; juiz presidente da 10ª JCI do Recife, Ana Maria Schuler Gomes; juiz do TRT José de Araújo Barreto Campelo; juiz do TRT Edgar da Silva Lacerda; juiz do TRT Paulo Cavalcanti; juiz do TRT Alvarim Fortado de Mendonça; procurador geral da Justiça do Trabalho, Wagner Antônio Pimenta; procurador regional da Justiça do Trabalho, Evivaldo Gaspar Lopes; secretário da Justiça do Estado, juiz Israel Nobrega; secretário do Trabalho, Humberto Figueiredo; delegado regional da DRT, Gentil Men-

donça; arcebispo emérito de Olinda e Recife, dom Helder Câmara; presidente da Federação das Indústrias de Alagoas, Napoleão Cavalcanti Lopes Barbosa; artista plástico Francisco Bismund; compositor Lourenço da Fonseca Barbosa (Capiba) e José Luiz Corrêa de Oliveira.

Também serão entregues medalhas posteriormente ao ministro Marcos Freire, juiz Manoel de Barros Neto, sociólogo Gilberto Freyre, advogado Moacyr César Baracho, historiador Luiz da Câmara Cascudo e teatrólogo Waldemar de Oliveira.

Heitor José Alfredo Corrêa de Oliveira, na categoria de Mérito Judiciário. A sessão solene do Tribunal para a entrega acontecerá na sala de sessões do Tribunal Pleno, no dia 11, com início às 16 horas. Entre as instituições a serem homenageadas está o DIÁRIO DE PERNAMBUCO.

Também serão agraciados a Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco; Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco; Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região; Associação dos Juizes Classistas do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região; Empresa Jornal do Comércio; e Jornal dos Servidores da Justiça do Trabalho da Sexta Região, Arara.

106

As personalidades agraciadas serão o governador Miguel Arraes; ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Rafael Mayer; presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado João Ferreira Lima; desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Mauro Jordão de Vasconcelos; ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel; ministro presidente do Tribunal Federal de Recursos, Evandro Gueiros Leite; ministro do Supremo Tribunal Federal, Djaci Alves Falcão; senador Marco Antônio de Oliveira Maciel, deputado federal Nilson Gibson; comandante do Comando Militar do Nordeste, general de Exército Hebe Pacheco; comandante do II Comando Aéreo Regional, major brigadeiro do ar Claudio Paixão de Azambuja; prefeito Jarbas Vasconcelos; arcebispo metropolitano, dom José Cardoso; presidente da Câmara Municipal do Recife, vereador Carlos Eduardo Cintra; desembargador presidente do TRE, Gabriel de Lucena Cavalcanti; desembargador presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Eraldo

Abolição: 100 anos

Identidades culturais: Brasil - África - Brasil

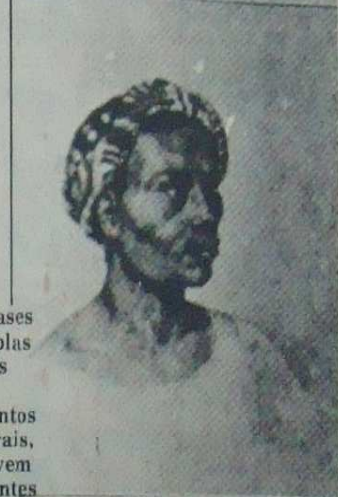
em país civilizado eminentemen-
ter de um amplo modelo cultural
e se dizendo sem preconceitos
seria até um fato a se louvar. Po-
tência é bem diferente. O estigma
de fundamentação nos valo-
res éticos e morais ocidental-
istas fez com que as relações ra-
ciais melhor - interétnicas fossem
ligadas a um poder econômico que,
do mercantilismo, chega a um
nível mais ou menos ortodoxo que
mantém as condições escravas pelo
trabalho - ação servil tão infame
quanto a do escravagismo oficialmente
abolido em 1888.
Não se pode falar de identidades
culturais sem antes pisar em terreno so-
cial e econômico, ou se continua a
revisões românticas a respeito de
cultura de máscaras, de tambores, e
cores coloridos, em visões distorcidas
de realidade, e de forte 'impregnação hol-
andesa'. Não se é imune aos filmes de
guerra a outros estereótipos que tei-
nem mostrar uma África igual, homo-
gênea, exótica - de negros famitos, de
negros que serão devorados, cozidos em
panelões de ferro. Se o leitor con-
sidera exagero esta visão estigmatizante
do negro - é sinal que começou a ler, sem
preconceitos, determinando quem é o africano na África, e como
a herança deste conti-
nuou-se pelo território nacional.
A herança, construtora das bases eco-
nômicas vindas do açúcar, do fumo, do
café, das diferentes tecnologias e
formas, não se isolam as formas expressi-
vas, de sistemas religiosos, de
práticas lúdicas e socializantes, dos
saberes, da medicina, da arte, da ciên-
cia em seus mais distintos planos do saber
significar. Toda esta herança é co-
nhecida, reinventada, adaptada em
Brasil pelo brasileiro pela ação fundamen-
tal dos negros e seus descendentes, além
dos brancos, cablocoos, dos imigran-
tes a busca de autonomia e pureza
nas manifestações sociais e culturais da
cultura. Brasil é assunto para discussões
serias, de cunho ideológico e também

EM PRETO E BRANCO

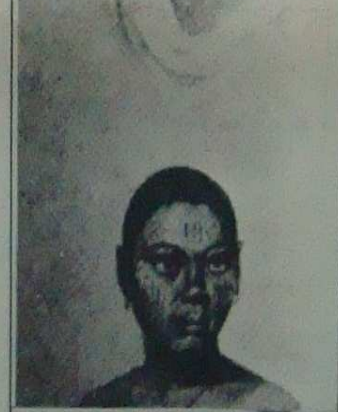
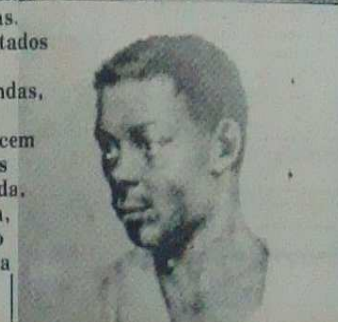
Brasil é sem dúvida um país em
branco. Destas relações, não ex-
tremamente físicas e étnicas, surgem
peculiaridades peculiares ânimos e as não
peculiares ideologias, atingindo
o poder e do crer.
Os contrastes regionais existentes no
Brasil também de diferentes processos so-
ciais e econômicos, tocando ambientes
sociais não menos diferentes e espe-
cialmente pode-se afirmar a existência de ver-
dadeiros polos mantenedores, defensores e
promotores do que, convencionalmente,
se entende de cultura afro-brasileira.
Araigado por mecanismos regionais
criados pelos criadores e usuários um patri-
mônio em bases afro-brasileiras é reali-
zado, inegável, funcionalmente vivida no
Brasil ou nas festas por milhares de
brasileiros. Diga-se: brasileiros negros e
brancos.
Também uma espécie de destino
marca o que é convencional-
mente africano no Brasil e afro-brasileiro
nas manifestações restritas ao âmbito.



Transplantados na América, aqui os negros divulgaram suas danças, entre outras manifestações culturais



Em bases múltiplas e ricas de elementos culturais, convivem diferentes Áfricas. Retratados por Rugendas, aqui aparecem negros cabinda, quiloa, rebolo e mina



do carnaval, ao candomblé, ao samba, à capoeira, ao esporte notadamente o futebol - como se certas áreas fossem bondosamente permitidas aos cidadãos negros.

ÁFRICAS

Para não incorrer no erro simplista de caracterizar a África em dois grandes grupos, uma África negra e outra branca, convencionou-se falar de um continente de macrorregiões geo-culturais como a no Norte e a outra, ao Sul do Saara. Além dos aspectos eco-sistêmicos que apóiam compreensão sobre meios produtivos, modos de vida, organizações sócio-políticas e culturais, destaca-se outro importante fator que é o lingüístico. Fora a convencional divisão Sudanesa e Banto, estudos de

etno-lingüística têm facilitado o conhecimento e o reconhecimento de grupos culturais, etnias enfim - apoios para o entendimento sobre os contrastes e as diferenças que formam o continente africano. Segundo Maurice Delafosse no seu trabalho *Les Langues du Monde* as línguas africanas são assim agrupadas: nilo-chadiano (30 línguas), nilo-abissínio (15 línguas), nilo-equatorial (26 línguas), Khordofoniano (10 línguas), nilo-congolês (19 línguas), ubanguiano (25 línguas), chari-uadaino (12 línguas), chadiano (15 línguas), nigero-chadiano (31 línguas), nigero-camarãoense (66 línguas), baixo-niger (1 língua), voltaico (53 línguas), eburneo-beninese (48 línguas), nigero-

senegalês (36 línguas), ebúrneo-liberiano (24 línguas) e guineo-senegalês (24 línguas).

Em bases tão múltiplas e ricas de elementos culturais convivem diferentes 'Áfricas'. Uma remota, arcaica, de lembranças arqueológicas de cidades e monumentos de civilizações milenares, mantendo ainda alguns grupos culturais próximos à idade do metal, outras de transições sociais e políticas com a crescente presença do Islã que ao mesmo tempo ocupa territórios com religiões de origem do continente. E diante destes movimentos tão contrastantes e diferenciados crescem os progressos - uns sobre ordem ocidental, outros tentando respeitar as etnias e culturas nativas, porém, ganhando todos os espaços de luta e de liberdade.

Embora em relação bipolarizada do ontem e do hoje da África os governos tentam ajustes em bases sociais e econômicas num continente em processos de desenvolvimento peculiares às diferenças regionais. Há ainda alguns vínculos coloniais e apesar da oficialidade de desatamento de tutela, somente a independência econômica auferirá a verdadeira e soberana autonomia social, política e cultural.

Também ressalta-se com proximidade histórica a década de 60, que marca uma acelerada descolonização da África, além de movimentos ideológicos nascidos de negros na Europa e nos Estados Unidos em reivindicações determinadas sobre as identidades africanas. Destes movimentos destacam-se a da **Negritude** e o da **Africaness**.

Esta África pós-colonialismo busca nos sistemas e nações de origem o caminho para o encontro e a afirmação de nacionalidades. Também reflete-se em desejo de não menor liberdade e de afirmação das identidades de uma África diluída e projetada nas Américas. Isto é verificado em verdadeira diáspora, onde o Brasil notabilizou-se como um dos mais importantes espaços africanizados.

RESISTÊNCIA

Das identidades que sustentam o patrimônio afro-brasileiro destacam-se pólos de resistência histórica aos valores e conhecimentos, ora genuinamente africanos, e outros de solução e reflexo afro-brasileiros. Ai estão os terreiros de Candomblé, de Xangô, os Tambores Mina Jeje e Nagô entre outros modelos de religião que nuclearam além dos rituais um lastro da cultura; incluem-se as línguas, os alimentos, música, dança, teatro, artesanato / arte e tudo mais que possa formar e determinar um elenco substancial de motivos e de realizações do ser africano no Brasil, e do ser afro-brasileiro.

É sabido que as religiões genericamente chamadas de afro-brasileiras guardaram uma vida africana nos terreiros que inclusive eram conhecidos como Áfricas. Este rótulo traduz o que de coesão social, moral, ética e de ideologias de procedências distintas do continente africano conseguiu sobreviver. Tudo isso ocorre em ambiente onde processos aculturativos interafricanos já determinavam um nascente afrobrasileirismo que ganhou feições e estilos de nacionalização desse ser africano.

Embora os culturalistas tentem mostrar o patrimônio afro-brasileiro despolitizado, isto só reafirma um comportamento de dominação, conferindo à cultura do negro um campo especulativo à teorias antropológicas e sociológicas. De objeto, o homem negro passa, por conquista, a sujeito das questões que lhes dizem respeito, enquanto protagonista das suas histórias e formas de vida. E é sobre esta postura que consigo inteirar-me e co-participar de trabalhos que vêem o patrimônio africano no Brasil com a dignidade e o respeito necessários.

Certamente este caminho começa a se alargar, se fortalecer em virtude, principalmente, de movimentos em prol da ocupação decisória do negro na sociedade nacional. A prática de resistência secular e a incontestável presença como fonte e base da civilização brasileira conferem à causa afro-brasileira um destino de conquista e de liberdade, diga-se, bem distante da ilusória lei de 13 de maio de 1888.

Raul Lody é antropólogo e especialista em assuntos afro-brasileiros.

Tratarei em seguida, a propósito de cada uma das categorias enumeradas acima, em primeiro lugar das entidades, espíritos ou entidades a que se refere o culto; em segundo, do tipo do culto ou ritual praticado nos terreiros; em terceiro, farei o papel específico desempenhado pelo transe ou possessão dentro do contexto; em quarto, brevemente, das estruturas de organização dos grupos de culto; finalmente, para terminar, farei um esboço de interpretação sociológica, apontando a origem de classe dos membros dessas congregações e de suas concepções implícitas de história e desenvolvimento.

O xangô, em essência, é o culto dos orixás, que se realizam através de dois ritos básicos, o sacrifício (também chamado malanca ou obrigação), e o transe, a tomada de posse pela divindade do corpo de seu fiel. E essas divindades, em que é mesmo que elas consistem? Bem, tal pergunta seria considerada como demasiadamente absurda pela grande maioria dos filhos-de-santo. Será que os ritos africanos da antiguidade, transformados em ritos, "evemerizados" (como gosta de dizer o professor Helomar Valente), conforme indicariam muitas das histórias até hoje narradas em nossos terreiros? Pode ser verdadeiramente. Ou será que são a tradução em idioma humano (principalmente nagô ou iorubá), dos nomes de deuses da Igreja Católica, que receberiam, por parte dos sacerdotes, uma veneração diferente, porém complementar (e na verdade subordinada) à que recebem na liturgia romana? É muito possível, tanto mais por ser esta uma linha corrente entre os babalorixas (pais-de-santo), sobretudo quando conversam com pessoas estranhas aos ritos. Os orixás são vistos ainda como almas de mortos que que saíram a influência exercida pelo espiritismo kardequiano, como forças da natureza, personificação dos signos do horóscopo, etc. etc. "Coié é, se vi pare", assim é, se

parece. Alguns sacerdotes mais ortodoxos estão mesmo dispostos a admitir, sem grande repugnância, a hipótese do autor deste artigo (inspirado na sociologia da religião de Emile Durkheim) para o qual os orixás seriam personificações da consciência coletiva, cujo ponto de efervescência coincidiria com o transe místico.

A questão de status ontológico dos orixás é secundária para o povo de origem, que não é afetado às especulações metafísicas, preferindo deixá-las para os antropólogos franceses. O que é realmente básico no culto são as atitudes concretas das pessoas, que se expressam na oferta do sacrifício, na dança, no transe, no contrato entre o fiel e o orixá, senhor de sua cabeça e modelo de sua personalidade. Em troca do sangue e da carne dos animais degolados, os orixás, ou de seu próprio corpo, dão ao orixá posse aparecer (pois não se vê senão a parecer!), com os gestos e os traços que o distinguem, o fiel recebe apoio, proteção e reconforto na vida cotidiana e nos momentos de crise, na saúde e no trabalho.

EXATICO SIC, COM X

O transe no xangô possui caráter predominantemente estático. Consiste fundamentalmente num extrair num arrebatamento que invade todas as faculdades do indivíduo transportado para muito além dos limites do consciente e dos mecanismos físicos. Nas palavras de Peter Verger, trata-se de um "reflexo resuscitado desde o inconsciente do inocente pela música, pela dança, pelo entusiasmo da congregação". O transe típico do xangô caracteriza-se, portanto, por uma comunicação verbal, que admite numerosos gestos não verbalizados, com logo transparente para os iniciados. Mas nem por isso se excluem algumas encenações, proclamando os "orixás" as "dúguas", os arribanos, a dança dos deuses.

O caráter estático do transe acha-se refletido segundo com a organização dos terreiros do xangô. Cada terreiro forma uma pequena agremiação hierarquizada, subordinada ao poder do sacerdote e sacerdotisa, que atuam com autoridade para promover a adoração através do sagrado transe. A qual se subordinam as atividades cotidianas pelos orixás, pelo preceito e por outros ritos. Esse caráter estático também é mais visível quando se trata da transição de re-



No xangô, em troca do sangue e da carne dos animais degolados, o fiel recebe apoio, proteção e reconforto na vida cotidiana e nos momentos de crise, no amor, na saúde e no trabalho

nda monetária, que resulta da subordinação, material e psicológica, do fiel a seus superiores hierárquicos.

CATIMBO

O catimbo ou jurema hida principalmente com duas categorias de entidades, os mestres e os caboclos. O termo mestre, de acordo com o que demonstra Mário de Andrade em *Música de Feitiçaria no Brasil*, possui o sentido original de curandeiro, mas a cura é também a atividade dominante dos caboclos. Na realidade, os aspectos medicinais, nunca inteiramente ausentes de nossos cultos populares - ou mesmo de quaisquer outros cultos - são particularmente fortes no catimbo, que parece representar a sobrevivência da medicina mágica do campesinato nordestino. E trata-se, seguramente, de forma de sincretismo mais antiga no Nordeste ou mesmo no Brasil. O professor René Vandezande, da Universidade Federal da Paraíba, é autor de um estudo onde mostra que já no século XVI, em aldeamentos de indígenas oficialmente cristianizados, praticava-se um culto com muitos dos traços básicos do atual catimbo. Desses aldeamentos, com o nome de catimbo (ou jurema), na área entre o Recife e Natal, e de candomblé de caboclo, no Recôncavo da Bahia, essas manifestações mágico-religiosas foram se difundindo e penetrando nas grandes cidades. Os catimboeiros ou juremeiros estão até o dia de hoje convencidos da origem indígena de suas entidades.

Em comparação com a do xangô a liturgia do catimbo é bastante simples. Invoca-se, cantando e dançando ou apenas cantando, mestres como Mestre Carlos (talvez uma vaga lembrança de Imperador Carlos Magno), Bonfina, Inácio, Malungombo, Ze Pinheiro e semelhantes, mestres Maria do Acara, Paulina e a surpreendente Maria Padilha, que foi também encontrada invocada pela personagem-título na novela *Carmem*, do escritor francês Prosper Mérimée, publicada no ano de 1845. Também se presta homenagem aos caboclos, como Titiê, Tomazinho, Rei de Orulá, Rei Catimbo. Algumas dessas entidades possuem fascínio pré-histórico, sobretudo a Santa Inês, Jurema (ou personificação de arreia da jurema, cuja raiz mítica marca o acesso ao reino encantado do jurema

e servem para preparar uma bebida alucinogena, consumida pelos fiéis em certas ocasiões). Nos centros mais modernizados - que tendem a transformar-se rapidamente na maioria - também é costume baixarem exus machos, dos quais o príncipe é o Exu-Seu-Tranca-Rua, e exus fêmeas, as muitas variedades da poderosa Pomba-Gira, além, mas em sessões de outro tipo, de muitos pretos-velhos e pretas-velhas, capazes de muito pensar porque muito sofrerem.

Todos esses espíritos, incorporados em mediums que muitas vezes têm na própria mediumidade a sua fonte de renda, principal ou exclusiva, são consultados pelos assistentes sobre questões de saúde, trabalho e amor. Acima de tudo, como já destacado, são espíritos curadores (os próprios infirmos amadores e profissionais sendo frequentemente interpostos em termos de doença, decorrente de "encosto" ou mau albedo). Entre os ritos de cura do catimbo, nenhum mais simples e mais praticado do que a "limpeza da fumaca" - a aspiração do fiel (ou paciente) com o fumo apurado de cachimbos, charutos ou simples cigarros. Trata-se do culto do tabaco, encontrado entre os indígenas de quase todo o Hemisfério Ocidental, parecendo mesmo que a palavra catimbo não passe de uma variante de cachimbo.

Note-se o caráter acientificamente verbal do transe no catimbo. Já não se trata de um êxtase, de um estar fora de si, bem acientífico no xangô, mas de uma personalidade seguida, que se apodera do médium e que através dele fala e opera. Mas não é um diálogo que se estabelece. O transe do catimbo é autoritário, estabelecido num diálogo do espírito, através do médium, ao consultante. Não se encontra, no catimbo ou mesmo no xangô, um sistema ético propriamente dito. Toda a vida religiosa dos dois cultos gira em torno de promessas e contratos, que devem ser cumpridos sem que se possa muito abstrair as intempéries penitenciais, a estados de alma, sentimentos e anseios.

ORGANIZAÇÃO

Mapos cultos difere na organização. O catimbo é bem pouco formal do que o xangô. No catimbo, no primeiro, o fiéis não se submetem a nenhuma regra, com exceção da proibição de beber, tabaco e até mesmo

disto, pelos doutores da nova fé, se não tiver abdicado toda aberração idólatra. Nada de fumo nem de dança; pode-se (e deve-se) cantar, mas sem o acompanhamento de tambores e outros instrumentos "primitivos". Bemida igualmente, a linguagem bastante desabrida de alguns "mestres" do catimbo. Abolido, também, todo sacerdócio. A teoria é de que os fiéis só devem ter compromisso com a ética do desenvolvimento, começando pelo de sua própria mediumidade, sob a orientação de mediums mais adiantados.

Mas não é nada raro, no Recife e noutras cidades, encontrarem-se congregações que, embora se afastem do ritual dogmático do xangô e do catimbo, acham-se na realidade sob o controle de líderes carismáticos. São magos e curandeiros que, para melhor se legitimarem diante do mercado altamente concorrencial dos serviços mágicos e religiosos, acham conveniente adotar a superestrutura ideológica da umbanda branca.

Baseado em meu trabalho de campo na área do Recife, tenho chegado a algumas conclusões sobre a correlação entre as três variedades de culto sincretista, que acho de descrever em grandes linhas, e a origem de classe de seus adeptos. O xangô está associado, em sua origem e mesmo em sua composição atual, a uma classe urbana (não propriamente a um proletariado), a artesãos e pequenos comerciantes, muitos deles estabelecidos perto do Mercado de São José, o foco original de difusão, em Pernambuco, dessa espécie de sincretismo. Sua clientela também compreende pequenos funcionários públicos, serventes de hospital e ainda outras categorias que se poderiam denominar, usando o vocabulário do antropólogo inglês Jonn Lewis, de "mestres contrários", aqueles que encontram uma posição, ainda que subalterna, dentro das estruturas econômicas e sociais da cidade de Recife.

O catimbo, em contraste, acha-se ligado aos pobres periféricos, isto é, a população marginal do Recife (onde pelo menos 30% da força de trabalho vive em constante desemprego, abeto ou subemprego). Essa população compõe-se majoritariamente de migrantes da origem rural, frequentemente analfabetos, cuja existência política combinada com a pobreza e a simplicidade do culto dos mestres e caboclos.

A umbanda branca se correlaciona com os setores mais modernizados da população urbana, a média de sua adoção provindo dos níveis baixo e médio das empresas mais capitalizadas da indústria e do comércio, diferentes do artesanato e do pequeno e médio comércio associado aos negromantes.

É esta conclusão, dizendo que concepções divergentes de sociedade e história acham-se implicadas nos sistemas de representação e comunicação de espíritos e mediums. O xangô e o catimbo, cultos típicos dos pobres (isto é, mais miseráveis, segundo dos critérios de expressão, entretanto, uma visão tradicionalista e estática (o ambiente econômico e social, que não permitem transformar, mas sim, a medida de suas possibilidades, influir para além de ritos cerimonias marginais. Nessa linha o xangô se move a muito maior extensão do que o catimbo. Esses ritos de cultos, longe de representar protesto contra as estruturas sociais e econômicas, apontam na realidade predominantemente conservadoras. A umbanda branca também não protesta, porém sua linha de desenvolvimento faz com que signifique a ideologia de certo progresso e modernização.

Roberto Matta e doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque, professor da Universidade Federal de Pernambuco e membro da Academia de Ciências de Nova Iorque.

Abolição: 100 anos

Mulher negra e escrava: o peso da discriminação

... Pessoa
... teiro

... que é assada
... tentar ana-
... espaço que
... discrimi-
... ser mu-
... escrava no Bra-
... campo de pes-
... a mulher, vol-
... século XIX,
... quase atrevi-
... muito mais
... linhas. Con-
... historiadores a
... na documen-
... apesar de empí-
... é rica e tem
... resalar.

... sistema escravista,
... no Brasil
... de três séculos,
... sociedade brasi-
... deixou traços e
... O traba-
... esse legado
... na parte
... função branca;
... suceder.

... analfabeta,
... todos os
... negados, in-
... reproduzir sua
... Na ausência do seu
... a
... fonte branca que
... sem escola,
... as vezes que se
... ou a sua fa-
... reconstruir e
... especificidades,
... as da condi-
... enquanto ne-
... escrava, nosso princi-
... "Dessa forma,
... surja
... sequência de novos
... do passado, plena
... e ressurreições,
... de memória e revi-
... 1)

... fontes
... secundárias: jor-
... viagens, al-
... documentos existen-
... Arquivo Público do
... Pernambuco e na
... de Pesquisa do De-
... (Instituto de História) e
... bibliografia seleciona-
... Sabemos, por isso, o
... e difícil uma docu-
... relativa à mulher
... escrava específi-
... o que aumenta a im-
... do que se possa re-
... em "trabalho de ga-
... não para a escravi-
... para sua liberta-



Ama de leite Mônica, com Artur Gomes Leal (carte de Visite F. Vilela, Photographo. Coleção Francisco Rodrigues)



Uma senhora brasileira em seu lar, cercada de escravas negras, segundo Debret



Seleção de negras recém-chegadas para um prostíbulo (Harro Harring)

Fazemos questão de salientar que, consultar os viajantes oitocentistas, esqueçamos, nem por um momento, o quanto são contraditórios os seus testemunhos, facas de dois gumes, exigem análise crítica severa. Escravos estrangeiros, têm a limitação desta condição. O que perdem pela distância dos costumes, muitas vezes ganham, na lucidez dos contrastes que ressaltam um cotidiano despretendido pelos da terra.

ESCRAVA TRABALHADORA

Pretendemos discutir um aspecto, não óbvio, mas que para nós se impõe: trabalho relegado à mulher escrava. Marginalizar nos porões da História para resgatar sua dignidade. Ao abordarmos questões de trabalho no regime escravista, não custa lembrar Vieira e Antônia: "Sem negros não há Pernambuco", disse um; "são as mãos e os pés do senhor de engenho", disse o outro. Disse-nos tudo. Refletiram a função precisa e quase exclusiva do escravo como força de trabalho. Situação que talvez se pareça estranha e, por isso, repetida e anotada, para cidadãos estrangeiros que aqui aportaram no século XIX e inscreveram a cidade repleta de negros. "A primeira impressão do viajante chegado da Europa era a de que estava num país de mestiços e negros" (2) Escreveu Emilia Viotti. Estava.

Como a senhora branca não tem permissão para sair, é a negra que aparece nas ruas e comenta seus afazeres, costumes e trajes, de forma às vezes simpática, às vezes pejorativa, nos inúmeros diários que nos legaram. Oscar Castañeda observou que, quando "O navio entrava na magnífica Baía de todos os Santos... negras vendedoras animavam por toda parte, as ruas... As vendedoras eram, porém, tão pouco atraentes, que não me pude decidir aceitar bananas e laranjas de suas mãos, como me habituei mais tarde..." É confirmou que em Pernambuco raros eram os brancos que se viam nas ruas. A maioria era de negros e mulatas carregando volumes pesados e escassamente vestidos... (3)

Mas de que trabalho falamos? Que função econômica teve; que ocupação lhe foi reservada? As mais diversificadas possíveis. Desde o trato da terra, ligada ao campo e à cana-de-açúcar, e nestes raríssimos casos, apesar da brutalidade do sistema, menos discriminadas pelos companheiros da faina agrícola, porque deles mais próximas e em pé de igualdade, até os serviços mais visíveis, os domésticos e os que ocuparam nas cidades.

Na vida doméstica, cantada em prosa e verso, ocupou desde a cama dos senhores até a cozinha das sinhas. Foi a reprodutora da força de trabalho e a mãe da lente dos olhos brancos a quem transmitiu a sífilis que contraiu mediante com o senhorinho garanhão. "Negras tantas vezes entregues virgens, ainda mulecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já padres de sífilis das cidades. Porque por muito tempo dançaram no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor deputado que uma negrinha virgem" (4)

Como ama de leite foi violentada e expulsa da sua condição de mãe e mulher batizada as exigências da reprodução de força de trabalho sob escravidão. Abriu as pernas para fechar o ventre e sustentar o senhor período escravidão, enquanto o duplo padrão de moralidade escravocrata da sociedade permanecia, mais ou menos feroz e travado, no campo e na cidade com o estigma da depressão sexual.

O comércio cotidiano na casa estava sempre aberto, muitas vezes a intimidade criada pelas circunstâncias, na

tretanto, o mito da solidariedade, benevolência e suavidade no trato diário, foi produzido para justificar o sistema. A distância social enorme existente entre senhores e escravos, todas as formas de preconceito, só separou, nunca uniu duas categorias "ao mesmo tempo tão íntimas e tão distantes" (5)

Confiar desconfiando, esta a regra. O que existiu foi adaptação, acomodação necessária "coexistência pacífica", às vezes rompida violentamente. "A vida em comum de senhores e escravos é um compromisso continuado, um ajustamento que permite a coexistência pacífica entre dois grupos sociais aparentemente relacionados apenas pelos ditames da necessidade" (6).

Na cidade, onde a sorte era menos dura, foi a escrava de ganho, com uma relação especial com o senhor, ao qual entregava uma renda fixa, conservando parte para seu sustento, renda de seu próprio corpo já que como "coisa" tinha dono. Vendeu mil réis: doces, frutas, angu, café, tapioca. Foi ambulante, mascate, esmoler, lavadeira e prostituta. Lallemant, descrevendo Salvador em 1858, comenta: "Num dos meus passeios, encontrei uma vez, um grande coradouro ao lado do qual numerosas negras lavavam roupa... algumas estavam mesmo completamente nuas" (7)

São também escravas de aluguel, anúncios dos quais difundidos nos jornais, que, com seus parcos proventos, muitas vezes sustentaram seus senhores empobrecidos.

AMA: Precisa-se alugar uma escrava ou ama forra, que cozinhe, engome e faça as compras para casa de pequena família, paga-se, bem; na rua do Cais do Capibaribe, casa nova com grade de ferro na frente e portão ao lado. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 2.1.1870.

Como de outra forma não seria, do trabalho rejeitado, aviltado e aviltante, restou a humilhação de ser usada e abusada sob coerção. Não se pode falar de escravidão e trabalho sem lembrar castigo e repressão.

A fórmula trabalho x castigo já estava no Eclesiastes. "Pão, Correção e Trabalho", em Aristóteles. "três coisas são a considerar no Escravo: o Trabalho, o Castigo e o Alimento", continuou nas recomendações portuguesas: "Quem quiser tirar proveito dos seus negros, ha de mantê-los, fazê-los trabalhar bem e surra-los melhor" (8).

A escrava como coisa não tem vontade, coisa e pessoa passam a ser a contradição maior, fundamental, na resistência, porque passiva num sempre o foi.

FIM DO TRÁFICO: REFLEXOS NA VIDA COTIDIANA

Em 1850, ano em que se extinguiu o tráfico no Brasil, para uma população de 8.020.000 habitantes, havia 2.500.000 escravos, equivalentes a 31,1% (9). A importação sempre maior de homens aprofundou o desajuste entre os sexos, o que não preocupou o sistema, enquanto em expansão. Com o estabelecimento da fonte de abastecimento, percebe-se com mais clareza as contradições que daí adviriam. Nesses registros a diferença entre a população masculina e feminina de forma bem patética.

Transcreveu um fato que presenciou em Pernambuco: na propriedade

de um rico agricultor que ouvindo queixar-se um seu escravo da infidelidade da mulher, mandou surrá-la. Providências tomadas, castigos aplicados o reclamante deteve os açoites e interpeleu o senhor. "Se aqui existem tantos homens e tão pequeno número de mulheres na propriedade, como é possível exigir que essas sejam fiéis? Para que o senhor tem tantos negros e tão poucas negras?" (10)

A rigidez do sistema escravista criou obstáculos ao trabalho do homem livre pobre; o fim do tráfico, apesar de não significar escassez de mão-de-obra, trouxe em seu bojo, a evidência de problemas que emergiam e exigiam soluções.

Crescimento ou declínio da população escrava, carência, ou não, de mão-de-obra, dependeu sempre da situação especial (econômica) de cada região. *Apelou-se para imigração interna e externa: "Devido à diferença de produtividade entre o café de um lado e o açúcar e o algodão, de outro, o dreno da escravaria nortista para as fazendas do Sul era inevitável".* (11).

A imigração interna permite às regiões ao Norte, uma transição mais tranqüila para o trabalho livre, apesar das dificuldades econômicas destas províncias. Quando o sul acordou para os obstáculos que o sistema impunha a ele próprio, deixando correr livre o tráfico interno, foi tarde. Proíbe-o, esperneia, mas a transferência estava feita e no Norte a abolição encontraria menos resistência. O tráfico interno reproduziu a brutalidade das apanhas africanas e transferiu mais homens e mulheres para as províncias do café. A queda da economia açucareira e algodoeira fazia deste tráfico uma compensação para a crise econômica da região.

Quanto a imigração de europeus, ela oscilou de acordo com a política imperial, que a afastou deliberadamente no Norte e a estimulou no Sul. Ela terá também conotações racistas que não podemos aqui desenvolver.

RETRATO DE FAMÍLIA: EM PRETO E BRANCO

Se a família brasileira outocentista, legitimada na ordem jurídica patriarcal escravocrata, submete de forma absoluta a mulher ao homem, pai ou marido, o que esperar do trato reservado a mulher escrava, parte desta família, que controla a sexuali-

dade e a reprodução, através de uma cadeia que começa no pai e chega ao Estado, que legitima esta dominação.

Por patriarcalismo, entendemos "relações sociais de reprodução, organizadas na família e que designam à mulher o trabalho reprodutivo". (12). Ampliará sua influência além do biológico, sacralizando a maternidade. Este o lado branco do retrato.

A mulher escrava, depois de 1850, aumentou sua importância de acordo com sua capacidade reprodutiva, fonte de riqueza, ampliadora de mão-de-obra, mantenedora do sistema, que estancado na fonte tendia ao fim. Se o escravo do vizinho a empenhasse, os filhos que parisse, seriam do seu dono, assim como as crias acompanham a fêmea animal. Daí a permissão e incentivo para encontros noturnos, trabalho em três turnos, para favorecer o senhor.

A família escrava não teria no Brasil, nem o reconhecimento civil nem o religioso. Se casada "no padre" nada impede de ser separada. A legislação que a cerca, ganha em crueldade até para a antiga lei romana, que exigia libertar a mãe escrava com filhos tidos com o senhor. Incentiva-se o intercâmbio sexual de homens livres com escravas - não o inverso. Filhos de mães livres juridicamente seriam livres. Mas o esforço reprodutor é esporádico, não existiu uma política sistemática de procriação. Os costumes desrespeitam a vida e a família negra. Como passiva não foi, a opressão de que foi vítima, a fez utilizar mil formas de resistência, desde o coito interrompido, até o aborto, ou o assassinato do filho já nascido, crime maior contra si mesma. Completando o cenário de violência e discriminação, a mulher negra escrava entrara na sociedade competitiva, duplamente subordinada, pelo sexo e pela cor. Este o outro lado do retrato.

A Lei Áurea que o Brasil mestiço e pobre hoje "comemora", atingiu seus objetivos? Parece que sim. Inevitável, pois fim a escravidão rejeitada pelo mundo civilizado, enquanto manteve as relações de poder, de acordo com a classe dirigente. Mantendo intacto o sistema de propriedade da terra, relegou o negro a difícil tarefa de concorrer no mercado de trabalho, a que chegou marcado pelo peso das consequências do cativeiro: analfabetismo e pobreza que lhes vedam a competição por direitos iguais.

Bibliografia

- (1) Le Goff Jacques. História. Enciclopédia Einaudi. VI Memória-História. Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1984. p. 165
- (2) Viotti, Emília. Da Senzala a Colônia. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. SP. 1982. p. 213.
- (3) Canstatt, Oswar. Brasil Terra e Gente. Ed. Conquista Rd. 1964. p. 187/89
- (4) Freyre, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. Livraria José Olympius Ed. Rd. 1986. p. 4
- (5) Viotti, Emília. Op. Cit. p. 258
- (6) Mattoso, Kátia M. de Queiroz. Ser Escravo no Brasil. Brasiliense, SP, 1982. p. 131
- (7) Lallemand, Robert. Viagem pelo Norte do Brasil, no ano de 1859. Mec. Rd. 1961. p. 36
- (8) Aquil Grendler Jacob. O Escravismo Colonial. Atica SP. 1978. p. 69-73
- (9) Aquil Grendler Jacob. Op. Cit. p. 219
- (10) Heister, Henry. Viagens no Nordeste do Brasil. Cia. Ed. Nacional SP. 1982. p. 330
- (11) Melo, Evildo. Cabral de, O Norte Agrário e o Império. Nova Fronteira. RJ. 1984. p. 37
- (12) Penn, M. Velozes. Justo. Mulheres e Trabalhadoras. Pá e Terra. Rd. 1984. p. 77

Márcia Feres Monteiro é professora do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

negros protestam na rua contra "falsa Abolição"



Roupas multicoloridas, em estilo afro, cabelos "rastafari", lembrando suas origens, os negros saíram às ruas, para o seu protesto

Para protestar contra a "Falsa abolição", segundo acreditam, os negros foram ontem às ruas utilizando todos os artifícios que ressaltam sua beleza e lembraram suas origens. Roupas multicoloridas, trajes estilo afro, cabelos "rastafari", provavam que o negro quer mais é sentir-se negro, abolindo os modismos e realces para "parecer com o branco", comentavam. O objetivo da passeata, porém, não era apenas mostrar-se assumindo sua cor. Muito mais que isso, os negros alertavam para o dia 13 de maio, que consideram "data de permanente denúncia contra o racismo".

Foi pretendendo levar esse recado - de que "a abolição nada mais foi que uma maneira arranjada de substituir o trabalho escravo que não mais valia a pena, pelo trabalho assalariado do imigrante europeu" - que o Conselho de Entidades Negras de Pernambuco - Cenpe, realizou a caminhada, da Praça do Derby até a igreja do Carmo. Participaram integrantes do grupo cênico liberdade, afoxé Ilé de

egba, afoxé odolupandá, maracatu leão coroado, maracatu cruzeiro do forte, grupo afro-axé-afoxé, e o balé arte negra de Pernambuco. "Nada mudou, vamos mudar", sugeria o cartaz que chamava a população para o evento. Na opinião da presidente do Cenpe, Telma Shaisi: "13 de maio é dia da princesa Isabel, e não nosso".

Protesto que não será o único. Pois, hoje, às 17 hs, integrantes do Movimento Negro Unificado - MNU, através de um ato público, farão a mudança simbólica do nome Parque 13 de Maio, para Parque 20 de Novembro. Data que representa para eles o dia nacional da consciência negra, quando comemoram a morte de Zumbi dos Palmares. "O conselho é formado por entidades que trabalham em cima da cultura e da resistência da origem negra", explicou Telma Shaisi ao informar que o MNU realiza um mesmo trabalho, embora voltado para outro ângulo da questão racial.

Passados 100 anos da abolição, os negros reclamam dos preconcei-

tos, da repressão policial, do desemprego, da fome, e da falta de habitação e de justiça, como contou Roberto Santos, diretor do grupo afro-axé-afoxé. "Quando as pessoas pretendem tratar-se bem, me chamam de moreno, sem saber que estão me ofendendo, porque sou negro. E quando querem me esgrachar, chamam-me de negro achando que vou importar-me", ressaltou ele.

Por tudo isso, os negros acreditam que a grande solução é mobilizar-se, juntamente com negros e brancos. "Nosso afoxé é misto, não temos preconceitos de cor", disseram Manoel Menezes e Evandro Serpa, que integram o Ilé de egda, e aconselharam os demais a fazer o mesmo. Enquanto a passeata prosseguia, com todos cantando estrofes como: "Irmão, irmão, assumo sua raça, assumo sua cor", e iam mais além: "13 de Maio não é dia de negro". Puxados por um boneco gigante, na forma de um escravo, levado até lá pelo grupo cênico liberdade, o evento consegue a simpatia de brancos e negros.

Prefeitura devolve imagem à praça e negro dança balé

Para assinalar a restauração do monumento do negro escravo da Praça Joaquim Nabuco e sua incorporação à paisagem da cidade, o Balé de Cultura Negra do Recife se apresenta, hoje (12), naquele logradouro, a partir das 18h. A estátua, que faz parte de um pedestal em que se destaca o monumento ao abolicionista Joaquim Nabuco, estava com um dos braços danificado e foi submetida a rigoroso processo de restauração em um mês, tempo em que o escultor Abelardo da Hora se empenhou em recompô-la conforme o

monumento original, usando o arenito.

A festa de logo mais à noite foi programada pelo Escritório de Revitalização do Centro da Cidade, órgão da Prefeitura do Recife, responsável pela identificação dos monumentos e incumbido de providenciar sua restauração e outras ações de infra-estrutura nas áreas centrais. O grupo de dança é dirigido por Ubiraci Ferreira e vai apresentar alguns quadros da cultura, como o maculelê, coroação do rei e da rainha do maracatu, o valuzi e a cambagula, ritmos sensuais originários da África.

Grupos de negros denunciam prisão

No ano em que se comemora o Centenário da Abolição no Brasil, grupos de negros no País inteiro se organizam para denunciar que, apesar da história, ainda não foram libertados.

Neste sentido, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Per-

nambuco, realiza hoje, com início às 17 horas, no auditório (Rua do Imperador, 235, 2º andar), debate sobre o tema "Abolicionismo: sim ou não?"

Serão palestrantes o historiador Eduardo Wanderley da Rocha, pesquisador junto ao Centro de Documentação

e Estudos da História Brasileira - Cehibra, Fundação Joaquim Nabuco, e professor assistente de História da UFRPE, e o militante negro José Francisco de Moraes, coordenador nacional do Movimento Negro Unificado.

Abolição: 100 anos

O acidente da cor

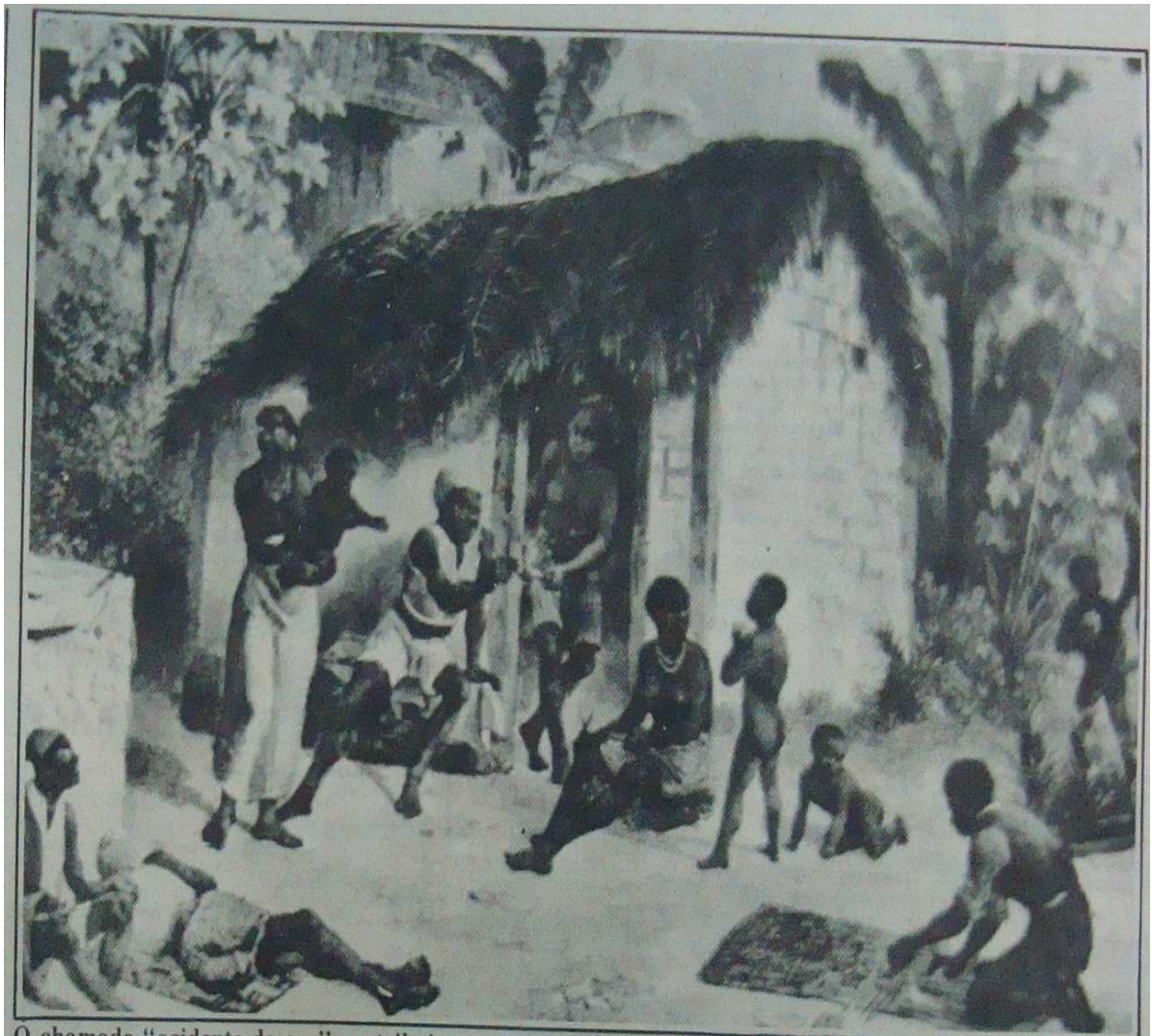
—José Antônio Gonsalves de Mello—

O estudo das relações raciais no império colonial português foi tema de três conferências do erudito historiador inglês Charles Ralph Boxer, publicadas em livro em 1961. Conseguiu ele recolher de inúmeras fontes históricas, impressas ou manuscritas, evidências da atitude de representantes oficiais do governo português em terras de além-mar, de membros de ordens religiosas e destas próprias, e de simples colonos, as quais estavam longe de corresponder à tese de

Gilberto Freyre acerca da atitude do colonizador português em relação às populações de cor e da democracia racial brasileira. O que Gilberto Freyre afirmou não é que não haja entre portugueses e brasileiros preconceito de raça sob nenhuma forma, mas que esse preconceito foi sempre, e continua a ser, mínimo, quando comparado com as formas como se apresentava entre povos europeus e da América do Norte.



...cor marcou, primordialmente, a diferença entre negros e brancos, escravos e senhores posterior de loja de leiloeiro com escravos a serem vendidos pela melhor oferta. Do livro "Tropical Sketches from Brazil", de H. Har-



O chamado "acidente da cor" contribuiu para segregar os negros, aqui vistos na senzala (Habitação de Negros, de Rugendas)

Tive ocasião de conversar sobre o tema com Boxer, a quem me liga uma amizade que remonta a sua primeira viagem ao Reino Unido pelo ano de 1950, quando estava a preparar sua notável obra sobre o navegador Correia de Sá e a ação deste no Brasil e em Angola. A minha opinião é a de que aquele seu livro faltava o aspecto que mais importava elucidar e não era mais do que documentar, como ele fez, a atitude individual de governantes, clérigos e colonos, esclarecer a atitude oficial da coroa portuguesa em relação ao problema por ele levantado. Reconhecia eu que a elucidação do assunto não era fácil, porque Portugal nunca teve uma política oficial expressa em lei ou código sobre a questão. Essa devia, pois, ser averificada através de longa pesquisa, sobretudo em manuscritos de arquivo. Suponho que minha observação despertou-lhe interesse, pois que em livro posterior, intitulado **O Império Ultramarino Português** (Londres 1969), Boxer refere-se a preconceitos de natureza oficial e não oficial. A frase do autor é a seguinte: "Os preconceitos não raciais, como quase sempre acontece, duram mais fundo e duram muito mais tempo do que as oscilantes (**changing**) atitudes oficiais, no que concerne às relações raciais". Pareceu-me que essa observação era já uma concessão do Autor, embora eu faça objeção quanto a considerá-la "oscilante", sem a prévia pesquisa histórica que pudesse comprová-la, comprovação que ali não é apresentada.

Não sei se o interesse do historiador inglês, hoje octogenário mas não menos produtivo, continua a incluir o tema das relações raciais no mundo que o português criou. Entretanto, ao longo de muitas pesquisas em bibliotecas e arquivos portugueses e brasileiros, tenho podido recolher informações que confirmam a atitude oficial da coroa portuguesa acerca do que certo documento designa, expressivamente, como **incidente da cor**. Essa expressão é bem claro que a cor era considerada essencialmente uma contingência e, portanto, que não deveria ser levantada para discriminar alguém.

PESQUISA

A mais antiga referência que reconhece sobre a atitude oficial portuguesa em relação à questão, procede do livro do padre Serafim Leite sobre a história da Companhia de Jesus no Brasil e diz respeito a um grupo de "moços parados". Antes de 1688 certo provincial recém-empossado no colégio da Companhia de Jesus na Bahia tomou a decisão individual de proibir a frequência de moços nos estudos superiores do colégio, dos quais participavam há muito. Os interessados protestaram, alegando que nas escolas oficiais superiores da metrópole, tanto a de Coimbra quanto a de Évora, eram eles admitidos, sem que servisse de impedimento o caso "a cor de pardos". Além disso, a escola dos Jesuítas em Salvador era pública e, assim, dela não poderiam ser excluídos a pretexto da cor. A decisão régia foi no sentido da não discriminação, reconhecendo-se o direito dos reclamantes.

Naquela mesma altura outras ordens religiosas em Pernambuco recusavam a entrada de filhos dos moradores da terra, entre os quais se incluíam os "mestiços". Eram alegadas várias razões para essa recusa, e entre elas a de que os "mestiços", embora fossem de

inteligência aguda, eram de temperamento inquieto e, portanto, pouco aptos à disciplina eclesiástica. O rei, em carta de 7 de outubro de 1700, dirigida à Câmara de Olinda, informava que havia ordenado ao geral da Ordem de São Bento que aceitasse nela os candidatos da terra. O mesmo determinou aos padres Terésios (1724).

Ainda na área religiosa, há o caso verdadeiramente comovente daquele antigo soldado da tropa de Henrique Dias que, após as lutas contra a ocupação holandesa, resolveu recolher-se a uma ordem religiosa, a de São Francisco, no seu convento de N. Sra. das Neves de Olinda. Os franciscanos acolheram-no, mas como irmão Donato, sendo ele sempre "mui servçal nos officios inferiores". Recebeu o nome de irmão Francisco de Santo Antônio, chamado vulgarmente o Pretinho. Depois de muitos anos de convento, vendo que não o admitiam ao sacerdócio, a que tanto aspirava, viajou a Lisboa a queixar-se ao rei, o qual atendendo às boas informações que teve do reclamante, ordenou que o admittissem a profissão, o que finalmente se fez no seu convento olindense a 2 de agosto de 1689 "quando já contava 80 anos de idade", vindo a falecer "com opinião universal de virtude e fama de santidade a 25 de agosto de 1695". A sua história contou-a com a maior simpatia o cronista franciscano natural de Pernambuco Frei Jabotão. O rei de Portugal que o atendeu, na mesma linha de conduta de outros reis portugueses em relação ao acidente da cor, foi D. Pedro II, de quem diz cronista de

época que era um amador de mulheres "da mais baixa condição e em grande numero e de diferentes cores". De modo que o rei nada tinha pessoalmente de preconceituoso.

PRECONCEITO

Exemplo significativo de preconceito pessoal de um governador de Pernambuco é o de Duarte Sodré Pereira, que se recusou a dar posse no cargo de Procurador da Coroa ao bacharel formado em Coimbra Antônio Ferreira de Castro, pelo fato de ser mulato. O Rei em carta de 9 de maio de 1731 repreendeu o governador "tendo entendido que não tivestes justa razão, porquanto o defeito que dizeis haver no dito provido, por ser pardo, lhe não obsta para esse ministério".

No meio militar há dois casos dignos de serem referidos. O primeiro é o do soldado do regimento dos Henriques do Recife, Manuel Pereira de Melo, "homem preto e livre". Em memorial ao Rei em 1700, queixou-se de que servia na tropa há 27 anos, sempre como soldado, tendo participado de lutas contra indígenas rebeldes, mas ao longo desse tempo nunca tinha tido uma promoção e pedia que lhe fosse dado um posto de capitão no seu regimento. O Rei ordenou que o governador de Pernambuco o provesse em uma das patentes vagas, que ele pudesse preencher a contento. O outro caso é relativo ao Mestre de Campo do regimento dos Henriques, Domingos Rodrigues Carneiro. Escreveu ele ao Rei, em 1702, que os soldados brancos de guarda nos quartéis, quando ele passava por tais lugares, não lhe faziam a

cortesia de pegar em armas, como deviam por sua patente militar, isto é, deixavam de fazer-lhe a saudação que era devida. A determinação régia foi que "os soldados que servirem de sentinela no corpo da guarda tomem as armas ao Mestre de Campo Domingos Rodrigues Carneiro, por ser esse o estilo praticado, segundo as regras militares".

Será que uma meia dúzia de exemplos como esta aqui apresentada - com uma exceção, todos relativos a Pernambuco - não merece ser recordada quando se escreve sobre a atitude discriminatória de homens de governo, de religiosos e de colonos do Brasil? Exemplos que levam a vantagem sobre os outros, por documentar a atitude oficial da monarquia portuguesa em relação ao acidente da cor. Um ilustre intelectual observou a esse respeito o improvável efeito que teriam aqui essas determinações régias. É possível que assim pudesse acontecer nas regiões centrais do Brasil, mas não em cidades como o Recife ou Salvador, mas em história as suposições permanecem tais, até que sejam comprovadas com documentos. É isto não aconteceu ainda.

José Antônio Gonsalves de Mello e historiador e presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Mais abolição nas pags. B-6 a B-9

Um século após a Abolição, mais um século e meio após a Proclamação da Independência, talvez seja desafiante acentuar o quanto o Brasil foi "pensado", "planejado" e, acima de tudo, o quanto o Brasil real, concreto, de hoje, deriva deste Brasil que não existiria sem a montagem da colonização lusa, no século XVI. Esta é a observação inicial, sem a qual não faz sentido discutirmos assuntos como as marcas deixadas pela escravidão. É bom lembrar que esta entidade nacional complexa - Brasil - não pré-existia à chegada do colonizador; antes foi, em larga medida, fruto do que eles implantaram (e também destruíram) aqui.



Carregadores e vendedores ambulantes foram algumas das funções exercidas pelos negros escravos. (Vendedor de fumo e tripeira, Debret)

Escravidão: uma estranha e cruel indústria florescente no Brasil



A paisagem urbana foi alterada pelas mãos dos negros, aqui trabalhando na pavimentação de ruas, no Rio de Janeiro, segundo Debret

J. Luciano Cerqueira

O Brasil começa com a escravidão; ou, melhor dizendo, a escravidão é a parteira do Brasil enquanto empreendimento estável de mercantilismo português. Este empreendimento escravista estava vinculado a um certo tipo, ou estágio - de capitalismo: O Comercial. Mas, no Brasil, ou para "produzir" o Brasil, ele não seria apenas comercial, seria também industrial, manufatureiro, ou se quisermos ser rigorosos, proto-industrial (já que, segundo o prof. Darcy Ribeiro, os engenhos foram, em sua época, a primeira indústria de ponta do Mundo...). Mas, curiosa (ou dialética) característica do Brasil, a "indústria" mais avançada do mundo coexistia, entre nós, com a forma de trabalho mais "atrasada", a escravidão. Ou seja, progresso técnico aliado a retrocesso (ou involução) social! Malícia histórica brasileira? Ainda é cedo para o futuro; vejamos mais alguns aspectos deste presente (passado) que estamos a analisar. E aqui cabe uma (outra) pergunta: nos quadros do Sistema Colonial era a força de trabalho escravo um retrocesso? Mais tarde (séculos XVIII e XIX) ela seria apontada como anti-econômica. Mas, como bem ressalta Gilberto Freyre, foi o patriarcalismo (forma local do escravismo aplicado a escala mundial) que garantiu, nos trópicos, se consolidasse em primeiro lugar e em definitivo a mais estável das sociedades coloniais, a sociedade açucareira. A estabilização desse modelo de organização social foi fundamental para os interesses portugueses. Podemos afirmar, na perspectiva presente, que foi também fundamental para os futuros interesses nacionais brasileiros? Deixarei essa questão para os filósofos da História, de uma futura Filosofia da História do Brasil, de que Euclides, José Honório, Darcy e Gorender já despontam como fontes.

ATIVIDADES

O que sabemos é que, ao longo dos séculos, a escravidão tem sido um dos mecanismos de expansão e consolidação das sociedades. Foi assim com a Pérga, a romana; uma certa medida até com sociedades pré-colombianas, como a inca. A grande diferença, em relação ao Brasil, é que os gregos compravam os seus num mercado estável internacional de escravos; ou se tornavam escravos de outros gregos, quando não podiam saldar suas dívidas (hipoteca da liberdade). Os romanos aumentavam o contingente de escravos com a redução a este estado de parcelas dos povos e populações derrotados, em guerras imperialistas. Em ambos os casos, porém, as diferenças culturais entre escravos e senhores não eram muito grandes. Daí os pedagogos, os escravos médicos; ou, para concluir, a mesma importância adquirida pelos libertos na administração da máquina estatal de Augusto.

No Brasil, "escravo" implica, desde o início, numa distinção não apenas social, mas étnica: negro ou branco. Numa distinção, pelo menos no início, também cultural: língua e cultura próprias, diferentes da do colonizador. Há um outro aspecto, contudo, também de ordem cultural, em que gregos, romanos e portugueses (e a futura elite escravista brasileira) desta vez coincidem: a atitude diante do trabalho em geral, do braçal em particular.

No Brasil, e daqui para diante tentarei falar só no Brasil - a força de trabalho escrava predominava em quase todas as atividades econômicas: agricultura, artesanato, mineração, charqueadas, serviços urbanos, ofícios, comércio ambulante urbano, serviços domésticos. Não existiam, praticamente, escravos vaqueiros ou donos de estabelecimentos comerciais. Mas era fácil encontrá-los; além de nos engenhos, onde eram, segundo Antonil - "as mãos e os pés do senhor de engenho" - fazendo tudo, portanto; pois não, era fácil encontrá-los como carregadores, vendedores ambulantes, sapateiros, barbeiros, empregados e empregadas domésticas, camareiros e camareiras de hospedarias ou como moços de recado, "negros de ganho" e até empregados para encontros amorosos ou armadores de enredadas criminosas (sem falar em detrançados profissionais ou funções) que intermediavam o

negro entre o escravo e o senhor; a mucama, o "homem de confiança"; o peleguismo da época, por assim dizer. Sumariado esse universo das formas e relações de trabalho na sociedade escravista brasileira, convém fazermos algumas reflexões sobre o significado disso tudo; seja no quotidiano da época, seja para o futuro do mercado de trabalho, no Brasil pós-escravismo.

A primeira observação diz respeito à amplitude dessa mão-de-obra escrava. Para a maioria dos brasileiros e brasileiras, a evocação da escravidão traz de pronto um estereótipo: o do escravo no canavial, na plantação de algodão (há mesmo uma música antiga de David Nasser que o evoca) ou na senzala, amontoados uns sobre os outros.

A força de trabalho escrava estava aí, sem dúvida. No campo, na senzala, talvez até desenvolvessem, dentro de uma ótica marxista, uma certa "consciência de classe" - porque reunidos homogeneamente e em oposição a feitores e senhores de engenho. Mas estavam em vários outros lugares, trabalhando em grupos menores ou sozinhos. E, decorrente desta observação, vem outra: mercado de trabalho, mercado consumidor. Como seria possível construir um modelo mais autônomo de crescimento econômico, se a maior parte do mercado potencialmente consumidor não tinha renda própria? Daí, o exportar como solução. Maldição brasileira?

Um outro aspecto é mais ligado à questão mercado de trabalho "em si", é o problema da concorrência. Se carregadores, barbeiros, sapateiros, artesãos diversos, camareiros, vendedores ambulantes etc, eram escravos; a decorrência lógica é que passassem a competir com contingentes e elementos pobres da população livre que poderiam exercer essas mesmas profissões. Em uma palavra: mais limitações ao mercado consumidor, maiores dificuldades de acesso à renda individual por parte dessa população intermediária (e numerosa, em todas as referências da época). Sem falar noutra face injusta da questão: o explorador do escravo ganhava pelo que o escravo (ou escrava) vendia, produzia ou prestava como serviço. Viajantes estrangeiros registram, já no século XIX, certas formas de parasitismo urbano que se vão disseminando no Brasil: homens que acordavam ao meio-dia, ficavam em pequenos grupos comendo cocadas e bebendo água, até chegarem seus escravos (vendedores ambulantes) com o apurado do dia, ao fim da tarde. Eu mesmo deparei com um desses casos, no Arquivo Público Estadual de Pernambuco: a "questão dos camarões". Pesquisava num dos códices da Polícia Militar quando deparei com uma observação de um comandante relativa à

"questão dos camarões". Enquanto episódio histórico não; mas enquanto episódio historiográfico o incidente é cômico, pelas expectativas alimentadas. Pensei, exultante, tratar-se de uma revolta, até então inédita, que eu, pesquisador, iria trazer à luz. Nada disso, porém. A "questão dos camarões" se resumia ao seguinte: um escravo vendia camarões para seu dono, parasita urbano. Ao passar por uma das pontes do Recife, um bando de rapazes de família tirou, em meio à galhofa, vários camarões do balaio, sem nada pagar. Irritado e temeroso do castigo, o escravo acertou um deles com uma pedrada. Preso o escravo, jogado numa cela e surrado violentamente; viu-a agora o seu explorador, pessoa da sociedade, exigir a punição dos policiais à autoridade competente, diante do estado lastimável em que fora deixado o infeliz escravo. O episódio, mais do que muitas revoltas, é revelador da teia de relações engendrada à sombra deste mercado de trabalho; relações próprias de sociedades escravistas; aqui aparece o senhor clamando por justiça para seu escravo, intercedendo por ele, que não era "pessoa"; assim como, na Roma Primitiva, intercedia o patrício pelo seu cliente, também ele despojado de direitos políticos.

Num e noutro caso, ficando o injustificado a se sentir "devedor", por um imperativo ético, do seu defensor e a Justiça deixando de ser um princípio universal para ser reduzida à iniciativa isolada de um senhor "misericordioso" e "solidário" com o seu escravo. Assim, vai dando para a gente ver como, de uma determinada organização sócio-econômica da força de trabalho vão decorrendo relações culturais e estereótipos psíquicos.

SIGNIFICADO

Uma última observação diz respeito às atitudes mesmas diante de quem trabalha em determinadas profissões ou presta determinados serviços; geralmente da remuneração mais baixa, e está mais ligada à História Contemporânea do Brasil. Talvez haja, no âmago mesmo das mudanças coletivas que têm ocorrido no Brasil, algo parecido com o que a Sociologia nos ensina sobre funções, status e papel, em relação às pessoas, consideradas individualmente. É que na História do Brasil, com frequência, tem o historiador a impressão de que classes ou grupos sociais inteiros passam a desempenhar as funções e assumir os papéis de outras tantas classes e grupos; agora desaparecidos (as). E isso parece vir ocorrendo, particularmente, nos papéis atribuídos de escravo e senhor; nas auto-imagens respectivas; na Cultura, enfim, em seu sentido mais amplo de expressão totalizadora de um quotidiano histórico. Aonde quero chegar,

com essas ponderações finais? Antonio Callado já chamava a atenção para como, em *Senhora*, Alencar destaca a "entonação" no falar, própria do escravo (ou de quem passou pela dura experiência da escravidão). Eu diria que, no Brasil, essa disseminação da mão-de-obra escrava nas profissões intermediárias legou, à Sociedade Brasileira atual, uma das suas mais estúpidas distorções: um falso sentimento de superioridade em relação às pessoas que nos prestam serviços, particularmente serviços menos qualificados. Alguns fatos recentes são notórios, a respeito. Por exemplo, revistas de grande circulação nacional trazem entrevistas de brasileiros e brasileiras que, fugindo à crise, trabalham como garçons ou domésticas no Exterior. Pois bem: o que mais tem chamado a atenção, neles, é o modo como profissionais deste tipo são tratados mal pelos (as) seus compatriotas brasileiros (as), aqui, em nosso País. Ou o exemplo do síndico enlouquecido (existe uma loucura social, dos status) do Rio, que, num ataque histérico de autoridade, prendeu uma empregada de cor num dos elevadores (e aí lembramos Delfim, num ataque inverso, de lucidez: "Tudo pelo social; mas os trabalhadores, pelo de serviço!"). Num número especial sobre os 10 anos de ditadura militar no Brasil ("Ten Years of 'Ditadura'") a reportagem de *Time*, em 1974, chamava a atenção para como, no Brasil, a própria arquitetura incorporava e reforçava certas posturas culturais herdadas do escravismo, na medida em que consagrava como normal, nos apartamentos das modernas cidades, as "dependências" para empregadas sempre de dimensões e material inferiores, concluía a matéria (a própria expressão encerra uma semântica da inferioridade).

O que tenho a dizer, pondo um fecho nessas reflexões é que, enquanto subsistirem funções de exploração, perdem muito do seu significado mudanças institucionais e rótulos históricos. As classes dominantes brasileiras, no limiar de grandes mudanças, como a Abolição, sempre procuram esvaziar o conteúdo das mesmas. Este é o sentido de três dissertações sobre o escravismo, que venho orientando: *Colonização e Imigração - O Ocaso do Escravismo em Pernambuco*, de Gilda Araújo; *A Sociedade Auxiliadora da Agricultura em Pernambuco*, Silvia Couceiro Bom-pastor e; finalmente, *A Obra e o Pensamento de Henrique Millet*, de Clara Suassuna Fernandes. Em todas, a velha sabedoria política das elites brasileiras: antecipar-se ao povo, para emascular seus movimentos de libertação.

Isso fica claro nas tentativas de adiar a Abolição com artifícios como a Lei do Ventre Livre ou dos Sexagenários; ou na tentativa de reorganizar, em bases escravistas, a futura mão-de-obra livre pobre e de cor. Os futuros ex-escravos teriam, no discurso escravista da época, uma propensão nata à indolência, delinqüência ou malandragem; precisando, portanto, serem "reeducados" em Colônias Agrícolas antes da concessão da cidadania completa. Os filhos do "ventre livre" deveriam ficar sob a tutela de senhores 'de bem' até a maioridade, para poderem adquirir o senso de responsabilidade inerente aos proprietários. Os colonos estrangeiros representavam uma ameaça, pelas suas idéias "exóticas" sobre as relações de trabalho. E por aí seguiam as pérolas do pensamento escravista, na "transição" para a Abolição. E, na medida em que isso ocorresse, haveria novas condições para induzir uma quantidade crescente de pessoas a se sentirem realizadas, individualmente, na medida em que se "reconhecessem" diferentes da massa trabalhadora. Como proclamaria, um século mais tarde, um anúncio automobilístico dos anos 70: "Existem Classes Sociais!" - ou um outro, nos mesmos tons sombrios: "Critique o 'american way of life' - de dentro deste carro!". O anúncio não explicava o que seria o estilo americano de vida, em todas as suas implicações. Nem as condições históricas (tão diferentes das do Brasil) que o geraram. Isto, porém, seria matéria para outro artigo...

Ser negro no Brasil

Silvio Ferreira

O Brasil, todos sabem, é um país cheio de contrastes. Contrastes profundos e de natureza variada. Ao mesmo tempo, por exemplo, em que somos considerados a oitava economia do mundo, por outro lado, o nosso atraso em termos de desenvolvimento social é uma coisa verdadeiramente espantosa - a classificação do Brasil, nesta área, no ranking mundial, coloca o País num dos últimos lugares.

No que se refere ao campo específico das relações raciais envolvendo brancos e negros, entre nós, alguns paradoxos também podem ser observados. O principal deles, seguramente, se evidencia no patente desencontro existente entre o elevado grau de miscigenação atingido pela sociedade brasileira e o arraigado preconceito de cor ainda presente no comportamento de grande parte da nossa população.

Essa constatação nos faz ver que o acentuado processo miscigenatório ocorrido no Brasil não parece ter tido, nem de longe, como aparentemente alguém poderia ser levado a pensar, as suas bases assentadas na escolha consciente, deliberada e espontânea de uma raça, a negra, em se relacionar com outra raça, a branca, no caso. A miscigenação no Brasil, diante do paradoxo verificado, foi muito mais fruto da dominação e exploração, de toda sorte, exercida pelo homem branco contra a mulher negra do que qualquer outra coisa. Dominação, essa, responsável pela preteção de milhares de ventres negros e pelo surgimento de sucessivas gerações nascidas sob o signo de uma mestiçagem bastarda.

Diante desse quadro de ocorrência da mestiçagem no Brasil não é de estranhar que o negro seja o elemento menos valorizado na sociedade brasileira. Se assim não fosse, por que será que quase ninguém quer ser considerado negro no Brasil (ou pelo menos, no mínimo vir a admitir ou reconhecer a sua origem africana)? O penso de 1950, no que diz respeito ao item, cor já revelava essa preocupação ou tentativa de fuga por parte das pessoas em não quererem ser tomadas como negras. Na citada ocasião, a maioria dos entrevistados não-brancos se autodefiniram como sendo morenos (moreno-claro, moreno-escuro, moreno-cor-de-canela) mulatos (mulato-claro, mulato-escuro, mulato-cor-de-mel) e houve até mesmo pessoas que se autodefiniram como "achocolatadas" e "cor de burro quando foga".

TABU

Seguindo a mesma linha de raciocínio, outro aspecto bastante expressivo e revelador de que ser negro no Brasil não é de modo algum uma coisa boa, refere-se ao fato de que a palavra "negro" na sociedade brasileira se constitui uma palavra quase tabu. Pouquíssimas são as pessoas que mencionam abertamente, e de forma distencionada, a citada palavra quando se reportam a alguém que é negro. Quase sempre elas preferem recorrer a diversos eufemismos do tipo "aquele moreninho", "aquele escurinho", "aquele crioulo", e por aí fora. Nada mais revelador do que representa ser negro no Brasil, portanto, do que essa pretensa cordialidade ou polidez por parte das pessoas que para não ferir ou humilhar quem é negro, segundo imaginam, precisam recorrer a tais tipos de eufemismos ou malabarrismos linguísticos.

Isso tudo significa que ser negro no Brasil além de ser uma situação racialmente desconfortante - e desfavorável - implica, também, no fato de que o negro para se adaptar ao mundo em que vive tem que elaborar estruturas psicológicas bastante complexas e diferenciadas que sirvam de suporte a sua personalidade como meio de aderência à realidade social. Estruturas, essas, que é obrigado a desenvolver - e se assim não o faz corre sérios riscos psicológicos - premido pelo caráter esquizofrenizante das relações raciais que envolvem brancos, não-brancos e negros no Brasil.

O negro, assim sendo, é difícil de acreditar, mas é verdade, ao mesmo tempo, é e não é negro. Diante do espelho os seus olhos e a percepção que tem de se mesmo lhe dizem que sim. Entretanto, ao interagir com as pessoas ele vê, continuamente, negado o seu ponto básico de referência pessoal: exatamente aquele ponto de sua constituição física sobre o qual as pessoas costumam concentrar tanto a atenção - fazendo diversos julgamentos e avaliações negativas sobre a sua condição humana - e que, todavia, hipocritamente, fingem não dar a mínima importância ao fato ou atribuir ao mesmo o menor valor; refiro-me à cor da sua pele, e por extensão, aos demais caracteres raciais de origem africana que possui.

Para que uma pessoa tenha a sua personalidade dilacerada e seja aviltada na sua condição humana não é preciso conviver ou ser submetida a fortes - e declarados - mecanismos coercitivos. O preconceito velado e as atitudes hipócritas com relação ao negro, tão comum na sociedade brasileira, são capazes de produzir, igualmente, os mesmos efeitos. Regra geral, o negro no Brasil tem a sua auto-imagem e auto-estima comprometidas - o que afeta a sua personalidade em dois dos aspectos mais importantes da psicologia do indivíduo.

CONSCIÊNCIA

É, inteiramente, enganoso se pensar que o problema do negro no Brasil é exclusivamente de ordem social. Se assim sucedesse, a auto-percepção e o sentimento que os pouquíssimos negros bem situados na sociedade brasileira têm de si não coincidiriam com a autopercepção e o sentimento daqueles que vivem em situações sociais adversas.

Os quase quatro séculos de servitude a que a raça negra foi submetida no Brasil e os preconceitos contra o negro dela decorrentes e, ainda hoje, presentes na sociedade brasileira, fazem com que o negro - independentemente da classe social que ocupe - geralmente, pense em si mesmo, primeiramente, como sendo negro, para só depois vir a pensar em si como sendo homem.

Qualquer profissional liberal negro (médico, engenheiro, advogado, arquiteto, psicólogo, dentista, etc.), ao oferecer os seus préstimos, ou ao ter os mesmos requisitados, sabe muito bem que a cor da sua pele poderá ser tomada como objeto de julgamento, avaliação e depreciação do seu possível desempenho ou competência profissional.

Amarga e triste realidade essa, também dura de ser encarada, devemos reconhecer, para uma sociedade que costuma jactar-se de não possuir qualquer tipo de problema racial ou apresentar preconceito de cor. Uma coisa, entretanto, é o que uma sociedade pode pensar de si mesma, outra - bastante diferente, às vezes - é o que a realidade em si revela.

Entre o Brasil ideal e o Brasil real, racialmente falando, ainda existe uma distância considerável. E essa distância somente será diminuída ou superada quando a sociedade brasileira passar a admitir e reconhecer - sem sentimento de inferioridade, complexo de culpa e vergonha de si mesma - as suas origens africanas. Enquanto isso não ocorrer, o negro no Brasil, certamente, continuará se sentindo como uma espécie de estranho no ninho. Quem ainda não reconhece ou admite essa verdade que procure se instruir mais profundamente do cotidiano do negro na sociedade brasileira. E o melhor caminho para isso nem sempre são os livros ou o que alguns acadêmicos pensam. A experiência, no caso, vale mais do que qualquer outra coisa. O que não passa de fantasia, carnaval e ficção, que por sinal, são coisas que andam bem juntas.

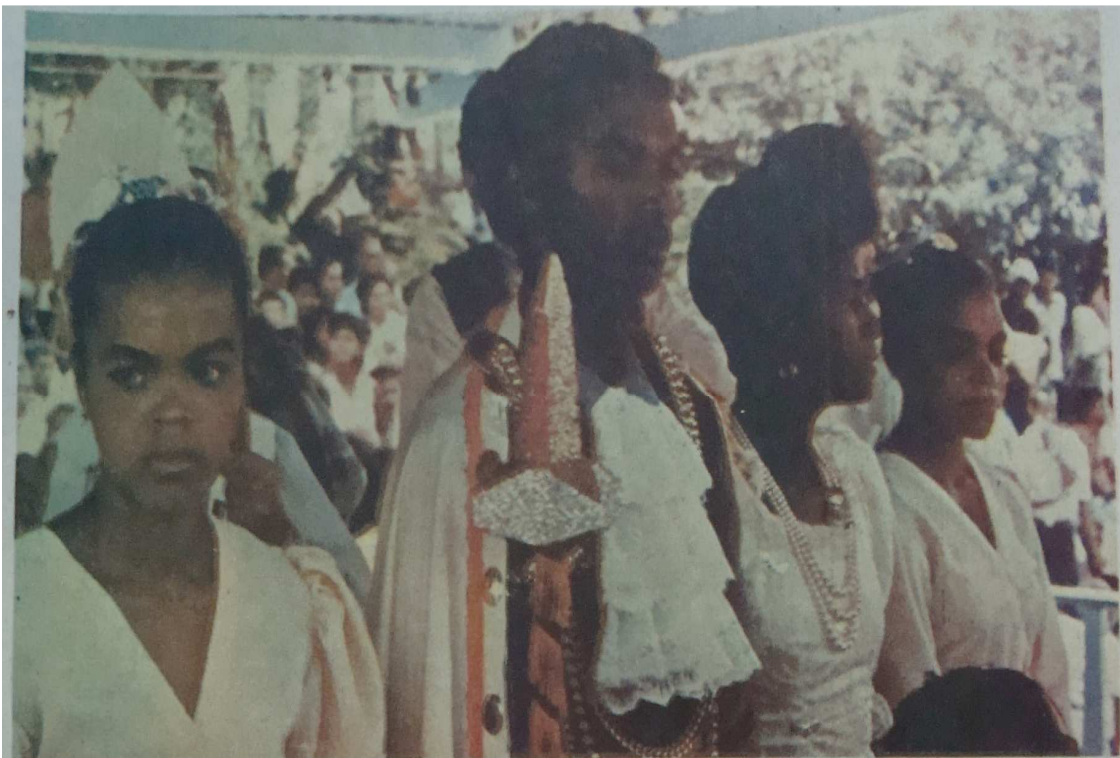
NOS xangôs do Recife, as marcas islâmicas



Os escravos tinham suas próprias danças, cantos, santos, padroeiros e festas religiosas e aqui misturaram os ritos católicos com elementos dos cultos africanos ("Festa do Rosário", Rugendas)



Peji do terreiro de Mãe Biu, no Portão de Gelo, em Beberibe



Abolição faz 100 anos em meio a festas e críticas

BRASÍLIA - Em meio a protestos e comemorações, o Centenário da Abolição será festejado, hoje, em todo o País. No Rio, toques de atabaques, seguidos de clarins e fogos de artifício, marcarão a alvorada deste 13 de maio, feriado nacional. Debates, exibição de filmes, exposições e apresentação de rituais afro-brasileiros darão seqüência à programação alusiva à data. Em São Paulo, os negros protestarão contra a discriminação racial, com uma grande passeata no centro da cidade. Já no Distrito Federal, enquanto deputados, senadores e convidados especiais comemoravam os cem anos da libertação dos escravos, com um coquetel à base da cozi-

nha africana, no Salão Negro do Congresso Nacional, do lado de fora militantes do Movimento Negro Unificado protestavam com faixas e cartazes contra a realização da festa. Por sua vez, o presidente José Sarney assinou, ontem, decreto desapropriando uma área de 100 hectares, em Alagoas, para a construção do monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares. No Recife, o MNU realizou o enterro simbólico do Parque 13 de Maio, afixando uma placa que muda o nome do Parque para 20 de Novembro, data em que Zumbi foi assassinado. **Mais notícias nas páginas A-12, B-1 e encarte especial no Caderno VIVER**

Remonta aos começos do século 17 o costume da coroação dos reis e rainhas dos negros em Pernambuco e outros Estados do Nordeste. A cerimônia, geralmente realizada às portas das igrejas, era solene e abençoada pelo clero, que aceitava e participava da festa como um esforço a mais para integrar os negros na religião católica. Depois da coroação, eram o batuque, as danças e os desfiles das majestades pelas ruas. O costume é lembrado no Recife pelos maracatus. Em Sergipe é revivido com maior fidelidade, como mostra a fotografia, tirada em janeiro na cidade de Taparatuá, quando os soberanos negros esperavam, para a sua coroação, a bênção de dom José Brandão de Castro, bispo de Propriá. **Páginas A-16 e A-17**

Negros homenageados pelo Congresso Nacional

BRASÍLIA - Numa das mais longas sessões solenes, que teve sete oradores, o Congresso Nacional prestou ontem homenagem ao Centenário da Abolição da escravatura no Brasil, seguindo-se no salão negro um festival de música e comida afro-brasileira. Entre os presentes à solenidade, figuravam o ministro da Cultura na Nigéria, Anthony Momoh, acompanhado de uma delegação daquele país, inclusive o Prêmio Nobel da Paz de 1986, professor Wole Soyinka, primeiro africano a ser contemplado com Prêmio Nobel.

Primeiro orador da sessão, o senador Afonso Arinos, que falou em nome do Senado, afirmou que o Centenário da Abolição "deve ser comemorado na sede do Congresso nacional, não apenas como data festiva, mas também como oportunidade para reflexões de caráter sócio-histórico, despidas de propósitos ideológicos e políticos partidários, ou de ressentimentos raciais".

"Essas reflexões, como notou, devem conduzir a uma visão equilibrada e justa do nosso contexto social passado, presente e futuro, no tocante à influência da escravidão e da miscigenação no contexto social brasileiro. "Em seu discurso, Arinos sustentou que, no Brasil, o caminho para a abolição foi aberto por José Bonifácio e estimulado pelos estudos dos historiadores, pela eloquência dos discursos parlamentares e pelo destemor dos jornalistas.



Roldão mostrou a importância dos negros para a formação racial dos brasileiros

Previsto futuro negro africano

BRASÍLIA - Prêmio Nobel de Literatura em 86, o novelista, teatrólogo e poeta nigeriano Wole Soyinka chegou ontem ao Brasil prevendo um futuro sangrento para a África do Sul. "O Governo da África do Sul precisa ser isolado completamente, humilhado moralmente por todos os países, mas isso não está acontecendo. Lamentavelmente, o Brasil é um dos países que não está fazendo pressão necessária. Por isso, vamos ter muitas perdas de vida" queixou-se.

Cabelos grisalhos, sandálias e uma túnica azul marinho, Soyinka - primeiro negro e africano a receber o Prêmio Nobel da literatura - falou, em rápida entrevista, sobre a marginalização dos negros no

Brasil, a cultura africana e o racismo.

O maior escritor africano em todo o mundo ainda não tem sequer um livro publicado no Brasil. Ele é Wole Soyinka faz jus a esse título não apenas pela sua bem conceituada lista de livros de poesias e peças teatrais, mas também por ser o vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, em 1986. Nem o reconhecimento máximo da famosa academia sueca, bem mesmo o fato desse grande escritor negro apresentar um currículo literário invejável, fez editores brasileiros acordarem para a cultura na África. Não é à toa, que quando se comemora os 100 anos de libertação da escravatura, Soyinka reconhece que a cultura africana no Brasil continua presa na

marginalização. Soyinka está no país para as festividades do Centenário da abolição.

Ele, no entanto, prefere não avaliar o nível de conscientização do brasileiro quanto à África, a partir do que se sabe sobre seus livros. "Não gosto de usar meus trabalhos como medida" - aponta. Mas repete: "Não é a primeira vez que venho ao Brasil - deixando implícito que conhece a cultura brasileira, e também prefere não acusar diretamente o brasileiro branco de ser preconceituoso quanto aos negros. Diz apenas que racismo "é uma questão muito complicada", e não negando que é escritor, prefere dizer o que pensa sobre preconceito aqui contando uma história.

Assembléia dedica sessão em homenagem à raça negra

A Assembléia Legislativa realizou ontem, atendendo proposição do deputado Roldão Joaquim, líder do PDT, sessão solene para homenagear a raça negra, refletindo sobre o seu passado, o seu presente e o seu porvir na sociedade brasileira, como destacou o Presidente da Casa de Joaquim Nabuco, deputado João Ferreira Lima Filho, e se inserindo nas comemorações do Ano Nacional de Luta Contra o Racismo.

Observando que o centenário da abolição da escravidão deve ensejar mais do que festividades, o parlamentar peemedebista, afirmou que, "movidos por sentimentos humanitários, sem a devida preocupação com os problemas econômicos que, a rigor, deram início e determinaram, mais de séculos depois, o fim da escravidão no Brasil, os abolicionistas não puderam impedir que, uma vez libertos, os ex-escravos ficassem ao Deus dará, entregues à própria sorte, sem instrução, sem recursos, sem nada".

O professor Sílvio Ferreira, da UFPE, chamou atenção, em sua conferência, ao problema

de identidade que acomete, não só os negros, mas a Nação brasileira como um todo, que se referencia em suas fantasias e não na realidade do País; o que inviabiliza o planejamento e a execução de políticas eficientes para o seu desenvolvimento.

Analisando os paradoxos existentes no campo específico das relações raciais envolvendo brancos e negros, Sílvio Ferreira considerou que "o principal deles, seguramente, se evidencia no patente desencontro existente entre o elevado grau de miscigenação atingido pela sociedade brasileira e o arraigado preconceito de cor ainda presente no comportamento de grande parte da nossa população".

Para o professor da UFPE, esse preconceito não existe apenas entre os brancos, mas também entre os mestiços, que devido ao seu elevado contingente, poderiam representar "um grandiosíssimo avanço em termos de relacionamento inter-racial, se a população mestiça brasileira não se envergonhasse de suas origens, ou mais especificamente falando, de sua herança racial africana".

Protesto altera o nome de parque para 20 de novembro

Com recital de poesia, música e dança afro-brasileira, o Movimento Negro Unificado, os grupos Raça Negra e Afoxé Alafim Oyo e o Comitê Negro da Câmara dos Vereadores promoveram, ontem à noite, no Parque 13 de Maio, um protesto contra o que denominam de "a farsa da abolição". O ponto alto da manifestação foi o enterro simbólico do nome do Parque "13 de Maio", substituindo-o por "20 de Novembro" - data em que foi assassinado o líder negro Zumbi dos Palmares.

A cova onde foi enterrado o "13 de Maio" foi cavada coletivamente, e não apenas por negros, mas também por brancos que prestigiaram a manifestação. No local foi fixada uma placa de-

nominando o Parque de "20 de Novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares", acrescida ainda dos dizeres "aqui começa a História da luta negra". O coordenador nacional do MNU, Marcos Pereira, disse que os negros não podem alimentar a ilusão de que a sua liberdade foi concedida pela Lei Áurea. "A gente deve ter consciência de que a nossa libertação só será conquistada através da nossa união e luta" - afirmou.

Na Câmara Municipal do Recife, um projeto do vereador Vicente André Gomes, mudando o nome do Parque de 13 de Maio para 20 de Novembro não foi aprovado. O vereador participou do protesto, inclusive do enterro e da fixação da placa.

Competência ainda é mais forte que preconceito



Naldson Cavalcanti



Renato Figueira



Vicente André



Edna Costa

Hylda Cavalcanti

Eles têm a "cara negra", termo que preferem utilizar, por ser bem mais forte que a "cor". Têm também a "cara de diabo". E acreditam, como a maioria dos negros e lusos, que a cara de diabo não tem nada a ver com o racismo, porque a discriminação racial continua a ser. Conscientizados disso, procuram passar para suas filhas uma outra visão das coisas que levaram à Abolição da Escravatura, bem diferente da que é contada nos livros de história, em que o negro sempre é visto na maioria das vezes como um personagem passivo. E acreditam que, apesar de escravidão e clima de violência e discriminação, o preconceito de cor sempre existiu e existirá enquanto houver um negro em situação de desigualdade, ou quando se houver.

Procurando registrar suas origens e recriar uma grande história, como também dos Palmares, o maior deles, os negros encontram-se cada vez mais unidos nos movimentos que têm como característica uma maior luta pelas suas diferenças individuais e não uma tentativa de concentração em homogeneizar a Abolição, que preferem abraçar seu próprio caminho, valendo-se profissionalmente e intelectualmente, buscando maneiras de superar. E são a busca de como conseguir conviver num mundo em que é preciso lutar a favor de determinadas preconceitos, mesmo constituindo-se em 90% da população brasileira. Escravos, trabalho, educação, conscientização. Quem dentro desses temas se destaca a sociedade e luta do negro e a origem da raça? Com a palavra, os homenageados.

DIFERENCIAÇÕES

Embora o velho ditado popular diga que "com dinheiro tudo se consegue", para os negros entrevistados, pelo menos, isto nunca foi muito certo, mas serve como garantia para coisa alguma. "Eu posso ter dinheiro à toa, mas se chegar num lugar discriminado ao lado de um branco, mesmo que eu não tenha a minha posição, sou melhor tratado que eu", compara o vereador Vicente André Gomes de Albuquerque em ser confundido com seus assessoria por populares que chegam a Camará, e preferem perguntar a algum branco se "señor que é o vereador?". Vicente, que é médico, "filho de mãe branca e pai negro", e mesmo sentindo essa diferenciação, considera como a melhor forma de superar tudo isso a consciência da raça. "É preciso que o negro saiba-se negro e se assuma como tal", afirma ele.

Uma discriminação latente, sutil e encoberta por subterfúgios, não para aqueles que preferem não ter um conhecimento dela. Como explica o diretor presidente da Celge, Nelson Santos, Economista e bacharel em Direito, dono de um currículo vasto: "eu mesmo sou Nelson não escapo de estigma. Para ele, os negros que afirmam nunca ter sido discriminados, provavelmente são aqueles que preferem sempre "não contar a verdade", muitas vezes de-

zando de lado a vontade de querer entrar em determinados locais buscando uma discriminação. "Assim é fácil dizer que não se sabe qualquer tipo de preconceito", ressalta.

Existem os que provêm o contrário, como o diretor regional de Sucrem, médico Renato Brito. Da

mesma forma bem conceituado e competente, Renato tem uma outra fórmula para escapar dessa postura inferiorizada que a sociedade procura ligar ao negro: muito estudo e dedicação ao trabalho que, no seu caso, bastaram. O diretor de Sucrem, aos 39 anos, lembra

apenas de um único ato discriminatório que sofreu, ainda jovem, quando foi proibido de associar-se à denominada clube social do Fluminense "por falta de vagas". "O motivo não foi mencionado ao clube, mas estava evidente que era pela minha cor", afirma ele que, inicialmente, não era um sócio patronal desse mesmo clube.

Orando de uma família pobre, de interior mineira, Brito abraçou a medicina desde cedo, e se no vestibular destacou-se como segundo colocado, daí para frente colecionando uma porção de cargos públicos em diversas instituições de ensino, privadas e hospitalares. Para ele, esta trajetória revela o que há no país, que o "educaram, bem como nos tratam com bastante respeito", acrescenta de boa dose de dedicação, honra e suficiente para impedir os preconceitos.

PRINCESA

É para os que preferem e acham difícil ser negro, o que chamamos de mulher negra? Se por um lado a discriminação é óbvia, a verdadeira Elaine Costa mostra, por outra, uma curiosidade em relação a esse aspecto. Para ela, apesar de tudo, "sabe-se mais discriminação como mulher do que como negra". E ela não é, como o médico Renato Brito, uma negra com poucos casos para contar a esse respeito. Outra mo-

ter a ocupar a Câmara Municipal do Recife, muitas vezes foi agredido pela sua cor e sexo. Como uma vez em que certa vez declarou afirmou que a havia excluído de algumas denúncias que fizera contra os colegas porque Edna era "pobre, pobre e analfabeta".

"Sou tratado carinhosamente pelas companheiras de bancada, sendo como se eu tivesse de primeira. Mas na hora em que se vai disputar alguma promoção, ou cargo parlamentar de mais poder, não acontece pouco de processo a "gata borralheira", quando se a verdadeira, que também é formada em veterinária. Segundo ela, outra polêmica em que são observados preconceitos. De uma forma ou de outra, todos são unânimes em que a melhor maneira de enfrentar a discriminação racial é jamais aceitá-la.

REFERENCIAL

Que seja através de bagagem cultural, que pela competência e garra e semear provocar uma mudança de comportamento em relação a esta atitude, que atualmente só é mudada quando há algum referencial do indivíduo (eles próprios declaram), os negros tentam uma outra forma de protesto. Cada vez mais respatam seus direitos e afirmam-se nos diversos grupos espalhados pelo país, que já possuem número significativo em Recife. "A questão

do negro não é cor, é sua raça", garante Vicente Antunes Gomes, que criou na Câmara Municipal Comissão do Negro e desde então vem realizando um trabalho conjunto, do movimento de luta, com as diversas entidades negras.

Ele mesmo, é neto de africanos e afirma estar bem ligado à imagem dos seus bisavós, "que foram escravos, vieram para cá em navios negreiros e como os demais, provaram do chumbo e do rebite". Uma conscientização da cor e do sangue, que o vencedor se orgulha e que o seu derrotado em relação aos 196 anos da libertação. Neste ponto, Vicente é radical "não considero que houve Abolição em aspecto algum", ressalta. Para ele, a cultura faz bem ao homem, mas não é demotivador comum para impedir o racismo, já que todos precisam ser iguais independente de raça ou posição social". O que, assegura, está muito longe ainda de ser alcançado. "O que temos atualmente é uma "liberdade compensada", pelo status ou posição que se ocupa na sociedade".

Opinião que não é totalmente igual à de Edna Costa. Também militante de vários movimentos negros e tratando esta causa como uma das bandeiras que levanta em sua campanha, a verdadeira diverge um pouco das posições de

determinados grupos etno-
culturais no Brasil. "Precisa-
mos lutar diariamente,
tentando combater o por-
racismo a partir do nosso
lar, mas não podemos nos
dispensar de uma forma
que também nos conside-
remos em nossas discen-
dâncias ou heranças",
alerta ela, que teme ver o
luto ser pela cultura. Elina
classifica as arguições et-
nocêntricas na atual socie-
dade como caracterizadas
de um sistema neo-
nazi, que vigora até
hoje. Entretanto, no con-
texto de Vicente, calhama
a Abolição, que apesar de
não ser totalmente im-
portante, "uma grande
vitória".

ANTI-HERÓI

Atualmente esse é mo-
tivo pelo qual para eles, a
data 20 de novembro, que
marca a morte de Zumbi
dos Palmares, é mais re-
verenciada que o 13 de
maio. "Zumbi é um herói
que não tem o destaque
dos demais, como tem Ti-
radentes, por exemplo. É
essa data (2011) que vai
ser chamada de vez na his-
tória do Brasil", assegura
Elina Costa. Por isso, seus
trabalhos em conjunto, os
grupos de conscientização
racial lutam para a mudan-
ça do nome Parque 13
de Maio, que passou en-
tão a chamar-se Parque 20
de Novembro, caso seja
aprovado projeto da Câ-
mara, em homenagem ao
maior herói da libertação,
mas primeiro passo para
este reconhecimento. E

que a lei prevê o
reconhecimento de
Zumbi, não são
suficientes.

Ailton...
uma época em que
Torrão da vida...
nem. "Por muito tempo
mas é uma realidade
vasta", falando
contradições com os
discursos e subvertendo
contradições para
ou subverter a opo-
rtação e assim "uma
forma que é uma
ação para os negros".

Mesmo divergindo
em suas opiniões, os
relacionados, outros mar-
dos, todos citam
ponto de partida para
luta de resistência po-
lítica de luta que
subvertem, sempre que
não confiamos de
Para tanto, sempre
cada negro a lutar em
condições de luta
partidária, desenvolvendo
participação de outros
condicionantes e ações
respostas para isso.
Como foi mencionado
Nelson Santos que
na sua palestra em
evento em Brasília, "o
lugar parte de resisten-
cia movimento por
quanto não tem uma
cultura dos direitos", e
na o posicionamento
que existe no Brasil
passado. Organizando
os negros, mas no
tentam criar aliança
social libertária. "A
tempo chamado", não
nem.

Na catequese, igreja coroa rei e rainha dos negros



Dom José Brandão coroa o Rei e Rainha da festa dos Santos Reis



Japarutuba tinha, antes da Abolição, mais escravos que libertos



Rei e Rainha, em trajes de cerimônia, na frente do andar, na festa



Primeira dama de Sergipe põe a coroa da Rainha numa negra

Antonio Barreto
abandonar as terras
de Francisco, não
deixando os Santos
Japaratuba, no
Estado do Ceará,
depois da morte
de Dom José Bran-
co, bispo resig-
nário da Diocese de Pro-
vidença, em 1711, e
depois de sua
morte, em 1712, pela
fidelidade de
seus devotos da
Catholica, nem es-
tando a povoação, pela
sua devoção, em
1713, e depois de
10 anos de luta em
contra os coroneiros - ele
sempre se mantendo
fidelidade a Deus e ao
Rei, e sempre se esfor-
çando para converter
os negros e para o
benefício de uma folia
de festas.
Durante os feste-
jos em Japarutuba,
Laranjeiras, em ent-
ão, os negros não pagam
nada, sendo tratados
como escravos. Mas, em
1714, a paróquia de
Maracatus, em
Laranjeiras, de hoje
comarca, entre os
fidelidade, dos no-
vos, e o renomeado por um
dos negros, de Maracatus,
em 1715, a festa, dos futu-
ros, a rainha acompa-
nhada de seu filho, partici-
pando da Missa, sentados,
e, em seguida, na pri-
meira, perante o altar.
O SACRIFICIO
Na festa do templo, onde
se celebrando seus pas-
sados, os grupos folclóricos, a
Rainha toma posição
e, em seguida, a Rainha
perante autoridades
e os negros abençoada
e celebrando a festa.
É uma solenidade
de fé dos negros, compe-
nada por pertencem
estas nobres dos fol-
clóricos, fazem de conta
que são soberanos e assim
são tratados pelos que os
assistem e pelos assisten-
tes, em multidão,
acompanham pelas ruas,
e, em suas casas, o cortejo
se recolhido a casa, rei
e Rainha aguardam a hora
da procissão, quando re-
tornam a encontrar os sú-
ditos, na formação que
fazem o andar de São Be-
nedito, ou de Nossa Se-
nhora do Rosário, pelas
ruas de Japarutuba, no
interior, ou eventual-
mente no segundo do-
mingo de janeiro. Também
em Laranjeiras a data é
em 1714. Em Lagarto, con-
tando a festa se faz em
seguida, fazendo lembrar o
culto a Nossa Senhora da
Vitoria. Outros lugares
servem ainda guardam a
tradição da Coroação dos
negros.
Foi pela devoção a
Nossa Senhora da Vitoria
que teve início a devoção a
Nossa Senhora do Rosário.
Também tem a mesma ori-
gem simbólica, catequética.
A tradição religiosa
mesma que enquanto era
servida, pelos cristãos,
em batalha contra os
muçulmanos, em Lepanto, em
1571, o povo rezava a ora-
ção revelada pela Virgem
Maria, o Rosário. Imortaliza-
do os infelizes, o Papa
Gregório XIII, em 1571, o Papa
Gregório XIII, que sucedeu
a Pio V, mudou para Nossa
Senhora do Rosário o
culto, reconhecendo no Ro-
sário a arma da vitória. O
Rosário foi indicado a São
Domingos para ser recita-
do, ou rezado, como
uma capaz de vencer os
hereses albigenses, aqueles
comuniquistas que con-
denavam o culto a Maria e
que se associaram aos sar-
tanos na Ásia Menor.
A partir de 1716 a
festa do Rosário passou a
ser autorizada pela Igreja
universal, nascida dos do-
cumentos, tanto pelo as-
pecto devocional, como
pelo organização das con-
dições.
Nossa Senhora da Vi-
tória, orago da antiga
paróquia da cidade de
Sergipe Del Rey, em São
Paulo, era festejada,
em alguma localidade, no pri-
meiro domingo de setem-
bro. Nela, além do nove-
nário do Rosário, ou do

Tercio, havia a Missa da
Coroação dos Pretos e re-
presentações de Quilom-
bos, com batalhas de
Lambe-Sujos e Cabocli-
nhos, e bandas de Mascu-
rados. Depois da Missa, os
negros montavam quilom-
bos, reproduzindo as cho-
cas do mato, nas quais os
escravos fugitivos - Ca-
boclinhos - resistiam à
perseguição dos seus se-
nhores. Nos Quilombos re-
presentados em São Cri-
stóvão, os negros, ou
Lambe-Sujos, sempre per-
diam para os índios, ou
Caboclinhos, e eram con-
dições amarrados pelas
partes indignas. Mas, nas
ruas e cantos e as danças
dos grupos, as comidas
africanas e o falar dialetal
davam aos negros a confor-
mação da fé e da devoção
junto ao templo de Nossa
Senhora da Vitoria.
No Recife, Sauchon de
Renaud, que estava na
Esquadra Francesa que
aportou em Pernambuco,
assistiu num domingo, no
dia 10 de setembro de
1806, a uma festa reli-
giosa de negros que descre-
veu assim: "Foi o dia de
sua festa (referindo-se aos
negros) em Pernambuco.
Depois de uns quatrocentos
homens e umas cem
mulheres irem à missa,
e elegeram um rei e uma rei-
nha e desfilaram pelas
ruas, cantando, dançando
e recitando versos que ha-
viam composto, precedi-
dos de obobos, trombetas,
adufes e pandeiros. Ha-
viam envergados as roupas
dos seus senhores e senho-
ras, enfeitando-as com cor-
rentes de ouro e brinco de
ouro e de pérolas. Estavam
alguns mascarados". Sem
dúvida a festa louvava a
Nossa Senhora da Vitoria.
O observador francês an-
ota ainda que "as despesas
com a cerimônia lhes
custaram cem escudos",
numa moeda clara de
que, além da redução reli-
giosa imposta aos negros,
havia ainda a penalização
das despesas para as suas
festas e devoções.
Também no Recife,
anos depois, negros e ne-
gras são coroados na missa
de Nossa Senhora do Ro-
sário, já em outubro, no
dia 7, ou no segundo do-
mingo. E, pagou pela devo-
ção, como se pode verificar
no registro da "Eleição dos
Reizes e Juizes e mais offi-
ciais que ham de servir a
Nossa Senhora do Rosário
dos pretos este ano de 1674
e acabou em 1675". Pa-
gando 4\$040, António Car-
valho, escravo de Agostinho
Carvalho, foi eleito Rei
dos Angolas. Pagando
4\$000, António Ramiry se
tornou Rei dos Crioulos.
Agela Ribeiro, escrava de
António Ribeiro Barreiras
foi eleita Rainha dos Ango-
las e Luzia Dias, escrava
de Francisco Barros, Rai-
nha das Crioulas. A pri-
meira pagou 4\$000 pela de-
voção e a outra, segundo os
registros da irmandade,
não acertou o pagamento.
Foram eleitos ainda, para
a mesma festa, Juizes dos
Angolas e dos Crioulos, pa-
gando, todos eles, quan-
tias que variavam de 4\$000
a 6\$000.
Nos anos seguintes a
festa continuou para os ne-
gros escravos, em torno da
igreja e da irmandade de
Nossa Senhora do Rosário.
Nelas, o mesmo compri-
mento de pagar pela devo-
ção. Da quantia arrecada-
da, a irmandade tirava
uma parte para pagar ao
vigário que celebrava a co-
roação do rei e da rainha
eleitos para a festa. Ha
notícia de que a devoção
dos negros a Nossa Se-
nhora do Rosário, seguida
de missa e coroação das
mães e das africanas,
perseguia nas primeiras
décadas do século XVIII. A
aparente submissão parece
ser questionada apenas por
volta de 1780, quando uma
correspondência do Conde
de Povolide a Martinho de
Melo e Castro trata de
umas tais "danças super-
sticiosas" com as quais os
negros se exibiam nas por-
tas das igrejas pernambu-
canas. O curioso docu-
mento menciona, com cla-
reza, rituais de iniciação e
de oferenda que bem po-

dem ter servido de base
para a definição de uma
religiosidade própria, a
partir da ancestralidade
africana, que mais tarde fi-
cou conhecida como Um-
banda. Quer parecer duca-
mento dos mais antigos, a
correspondência que en-
quanto aviva o costume
antigo, tutelado, das dan-
ças e cantos pela coroação
de rei e da rainha negros,
chama a atenção e con-
dições práticas de resistên-
cia, com as quais os negros
conviviam reservada-
mente.
Vale a pena transcre-
ver trecho da citada corres-
pondência:
"Os bailes que en-
tendo serem de uma total
aprovação são aqueles que
os Pretos da Costa de Mina
fazem as escondidas, ou
em Casas ou em Roças,
com uma Preta Mestre em
Altar de Idolos adorando
deuses vivos, e em outros
feitos de Barro, untando
seus Corpos com diversos
Óleos, Sangue de Gallo,
dando a comer Bolos de
Milho depois de diversas
Benções supersticiosas fa-
zendo crer os rusticos que
aquelas unções de pão dão
fortuna, fazem querer
bem Mulheres a Homens e
Homens a Mulheres".
A redução dos negros
à religião católica parecia,
na analogia com a origem
da devoção, uma vitória do
Rosário de Nossa Senhora.
Mantê-los na fé e na devo-
ção era a tarefa da festa,
ajudada pelo reinado de
um ano, conquistado ao
preço da coroação. É possí-
vel avaliar, comparativa-
mente, o que significava a
um negro e a uma negra o
pagamento de 4\$000 ou
6\$000 para a brincadeira
de rei e de rainha. Um dia
de aluguel de um escravo
não passava de \$160. Vale
dizer que ser rei equivalia
a aproximadamente um
mês de trabalho alugado.
Considerando que o es-
cravo não dispunha de ga-
nhos próprios e que todas
as dívidas eram acumula-
das para a compra da pró-
pria liberdade, cada novo rei,
nova rainha, significava
mais dívidas, mas depen-
dência, mais submissão,
jogando para mais longe o
sonho da vida livre.
NA HISTÓRIA
É certo que hoje a Co-
roação de Rei e de Rainha
negros, nas festas de Santos
Reis ou outras que re-
manescem no Brasil, não
mantém mais aquela cono-
tação devocional de redu-
ção ao catolicismo, ao
modo dos turcos e dos ou-
tros infelizes contra quem a
igreja guerreou. Também
os negros e seus descen-
dentes que ostentam em
suas cabeças as coroas
reis já não pagam nada
para participarem da
festa. Mas os cultos afro-
brasileiros, muitos deles,
ainda são vistos com re-
serva por muitos padres,
igrejas e autoridades.
Cem anos depois de
declarados livres da escravidão
os negros podem ler
a sua história, podem
juntar os muitos documen-
tos que, de um lado, os
têm submissos, reduzi-
dos, conquistados e con-
vertidos, também podem
revelá-los resistindo, simu-
lando, alimentando a alma
com a lembrança viva e
permanente da mãe
África. O brincar dos ne-
gros, portanto, não pode
cingir-se apenas ao domí-
nio do folclore. É uma pá-
gina da história, que recu-
pera o perfil da mentali-
dade social na qual se fa-
ziam, de brincadeira, reis e
rainhas, juizes e juizas, ao
custo da liberdade, sob o
portal da igreja, enquanto
reprimia, em nome da fé e
da devoção, aquilo que de
mais fervoroso e mais devo-
cional os negros traziam
em suas memórias de fi-
lhos de deuses.
Doravante, o valor
simbólico das coroações
dos reis negros fará parte
da saga histórica com a
qual os africanos, trazidos
e mantidos escravos, sob-
breveram no Brasil.
O jornalista Luiz Antônio Barreto é
colaborador do Instituto de Docu-
mentação da Fundação Joaquim Nabuco.

Um novo racismo na onda da Abolição

Vamireh Chacon

Neste ano de centenário da Lei Áurea deve-se ouvir todo mundo, sempre que possível, por mais heterodoxa que seja sua opinião, desde que baseada em fatos e documentos. Vamireh Chacon - hoje professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, antes professor de Economia Política da tradicional Faculdade de Direito do Recife - prima por ser heterodoxo nas suas pesquisas, donde retira material para seus artigos, livros e conferências no Brasil e no exterior.

Velho colaborador do DIÁRIO DE PERNAMBUCO, desde a adolescência, tempos do suplemento literário dirigido por Mauro Mota, ele também tem o que dizer, à sua maneira heterodoxa e documentada, nas comemorações do 13 de maio de 1888, trazendo mais polêmica ao debate.

NABUCO E A ABOLIÇÃO

Repórter - Antes de mais nada, é verdade mesmo que os abolicionistas, brancos e ricos, desinteressaram-se pelo destino dos escravos, entregues a um destino que só poderia ser o da miséria?

V. C. - Não é verdade de modo nenhum. A prova está nos textos. Joaquim Nabuco falava claramente em reforma agrária. Em discurso no Parlamento do Império, quando das discussões da Lei dos Sexagenários, em 14 de setembro de 1885, Nabuco definiu o abolicionismo: "Significa o trabalho livre. É, assim, uma reforma econômica. Significa, no futuro, a pequena propriedade. É, assim, uma reforma agrária e como é uma explosão da dignidade humana, do sentimento da família, do respeito ao próximo, é uma reforma moral de primeira ordem".

Repórter - Mas não seria ele uma voz isolada?

V. C. - Claro que não. Dai André Rebouças escrever em carta a Nabuco: "A abolição marcha triunfalmente. É porém preciso dar terra ao negro. Cumpre demonstrar que o landrordismo é crime maior do que o escravismo. Nas conferências a escravidão é um crime. Agora vamos pregar o latifúndio e uma atrocidade".

idade". E passava à defesa do que classificava de democracia rural, definida como um regime de pequenas e médias propriedades. De novo, textualmente: "Emancipação e regeneração do escravo pela propriedade territorial". Pode-se ser mais explícito?

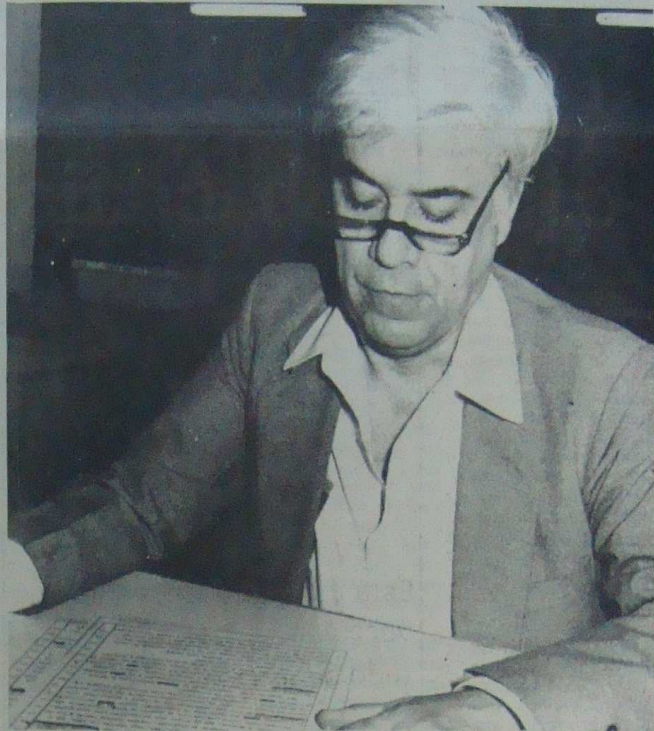
Repórter - Mesmo assim, são propostas pequeno-burguesas, estas de pequenas propriedades, quando se sabe que o quilombo dos Palmares instalara até um regime de propriedade coletiva da terra...

V. C. - Nabuco tinha plena consciência das dificuldades para prosseguir adiante com o abolicionismo. É o que se vê no seu pouco conhecido ensaio Henry George, a propósito do socialismo agrário, naquele tempo chamado de "nacionalização do solo": corrupção burocrática, incerteza da posse, etc. etc. Apesar de tudo, concordava que, "no futuro, com o aumento progressivo da população seja (o solo) constituído em propriedade pública inalienável", para enfim se combater "a miséria, que é a lepra da civilização".

DESGRAÇA DOS NEGROS

Repórter - Se o período monárquico foi capaz de gerar pessoas tão clarividentes, por que então manteve os escravos na desgraça até a abolição e, depois dela, a desgraça só aumentou?

V. C. - Nelson Chaves, pesquisador emérito da desnutrição do brasileiro, foi quem mostrou que, "com o período patriarcal, no qual havia grande influência da Igreja, o senhor de engenho admitia que seus moradores, nos sítios, praticassem a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais. De acordo com o tal sistema agrícola, os moradores alimentavam bem as famílias e vendiam as sobras do seu trabalho agrícola nas cidades próximas e, assim, viviam razoavelmente. Com a instalação das grandes usinas e o apoio oficial ao açúcar, produto de exportação, as empresas acabaram com os moradores, que se tornaram assalariados, e grande parte passou a residir nas pequenas cidades próximas. Desapareceu a agricultura de subsistência, a pequena lavoura, e surgiu a mono-



Professor Vamireh Chacon: opinião heterodoxa a respeito do abolicionismo

tonia alimentar, subproduto da monocultura da cana-de-açúcar. O morador passou a apelar para o charque, farinha de mandioca e açúcar e poucas frutas. A poluição dos rios - com o vinhoto e a calda das usinas - liquidou os peixes e os crustáceos que constituíam ótima fonte de proteínas, gorduras, vitaminas lipossolúveis e sais minerais". Daí o naticamento e imbecilização de milhões e milhões de brasileiros, não só no Nordeste, hoje pela periferia de toda grande e média cidade do Brasil. Gilberto Freyre foi o primeiro a referir-se ao problema em *Sobrados e Mucambos*, 1936.

Repórter - Mas, no final das contas, quem terminou pior foram mesmo os negros, justificando-se o seu ressentimento e sua repulsa aos brancos.

V. C. - Há brancos e brancos: os que outrora, ou hoje, defendiam ou defendem a libertação econômica, social, política e cultural, e os que a ela se opõem, só se conhecendo a árvore pelos frutos, como já dizia o Evangelho... Quem colabora, direta ou indiretamente, para a continuação da miséria é cúmplice ou beneficiária em algum grau, ao contribuir que haja menos terra e ma-

nos escola aos novos escravos, vítimas dos mesmos ou piores sofrimentos. Da mesma forma que existem negros e negros: os que querem ser monopolizadores das denúncias, para delas se apropriarem em benefício próprio, na realidade uns racistas, e os que reconhecem que criança pobre, velho aposentado e adulto desempregado não têm cor, porque não se pode substituir a questão econômica pela questão radical.

AVISO DE RUI

Repórter - Por que ficaram, porém, tão esquecidos ou ignorados os protestos e propostas dos abolicionistas para realizar e completar a Abolição?

V. C. - Porque não interessava às classes dirigentes, com setores agora tentando ceder em alguns pontos, a terrível advertência de Rui Barbosa, que o cadáver da escravidão ia apodrecer nas ruas do Brasil, em artigo no jornal carioca *A Imprensa*, em 11 de agosto de 1889. E o resultado está se vendo: assaltos e latrocínios em cada vez maior escala. Quem planta, colhe. Repita-se: a árvore se conhece pelos seus frutos.

Repórter - Também não vá tão longe, afinal foi Rui

quem mandou quemimar os arquivos da escravidão, talvez com boas intenções, contudo servindo para se apagar a memória da cultura negra no Brasil...

V. C. - Eis outra mentira, no mínimo um exagero. Na realidade, Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo provisório republicano, ordenou, em 14 de dezembro de 1890, a queima dos registros fiscais de propriedade dos ex-escravos, para evitar demandas de indenizações pelos ex-proprietários. Quem executou a medida foi seu sucessor, Tristão de Alencar Araripe, no ano seguinte, medida superficial e só parcialmente cumprida, numa conclusão muito clara: "E, para que a falta de tais livros não afete a responsabilidade dos exatores, cujas contas ainda não tenham sido tomadas, quanto à arrecadação daquele imposto (o último sobre os escravocratas), deverá a verificação dessa responsabilidade ser feita pela confrontação da importância das certidões extradas com as perdidas do livro da receita". Na prática, isto significou a queima de infima parte dos arquivos, que continuam cheios de importantes documentos para os estudiosos e denunciadores da escravidão.

